

A CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

Texto original (1647)



A CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER

A Confissão de Fé aprovada pela Assembleia de Teólogos em Westminster, com a assistência dos Delegados da Igreja da Escócia, como parte da Uniformidade Pactual da Religião entre as Igrejas de Cristo nos reinos da Escócia, Inglaterra e Irlanda. Aprovada pela Assembleia Geral, em 1647, e ratificada e estabelecida pelos atos do Parlamento em 1649 e 1690 como a pública e professada Confissão da Igreja da Escócia, com as provas da Escritura.

Traduzido do texto original: *The Westminster Confession of Faith*, 1647, sem as revisões americanas, comumente usadas no Brasil, que constam nos capítulos 20, 22, 23, 24, 25, 31.

1ª edição em português: 2023

Produção Editorial:

Tradução: Joelson Galvão Pinheiro

Revisão: Silvio Ribeiro

Diagramação: Gustavo Candido

ISBN: 978-65-00-77142-8

Publicações o Pacto

São Paulo - SP

16
The Humble
ADVICE
Of the
ASSEMBLY
OF
DIVINES,

Now by Authority of *Parliament*
sitting at WESTMINSTER,

Concerning
A Confession of Faith :

With the QUOTATIONS and TEXTS of
SCRIPTURE annexed.

Presented by them lately to both Houses of Parliament.

Printed at LONDON;
AND

Re-printed at EDINBURGH by *Evan Tyler*, Printer to
the Kings most Excellent Majesty. 1647.

SCP
1047

“O trabalho produzido pela Assembleia de Westminster viveu e viverá para sempre. O motivo é óbvio. A obra foi realizada com esplêndido cuidado, paciência, precisão e, acima de tudo, com devoção sincera e inteligente à Palavra de Deus e zelo por Sua glória. O aprendizado teológico santificado nunca foi exercido com maior efeito sobre a formulação da fé cristã. Embora seja desonroso para o Espírito Santo conceder a esses documentos um lugar de alguma forma igual à Palavra de Deus, seja em princípio ou em efeito prático, ainda assim seria desonroso para o Espírito Santo, que prometeu estar com Sua igreja até o fim, subestimar ou negligenciar o que é o produto de Sua iluminação e direção nos corações e mentes de Seus servos fiéis. Outros homens trabalharam e nós entramos nos seus trabalhos” (João 4:38) – Professor John Murray, *The Work of the Westminster Assembly*.

Índice dos Capítulos

Capítulo 1 - Da Sagrada Escritura.....	6
Capítulo 2 - De Deus e da Santíssima Trindade.....	10
Capítulo 3 - Do Decreto Eterno de Deus.....	12
Capítulo 4 - Da Criação.....	14
Capítulo 5 - Da Providência.....	15
Capítulo 6 - Da Queda do Homem, do Pecado e da Sua Punição.....	17
Capítulo 7 - Do Pacto de Deus com o Homem.....	19
Capítulo 8 - De Cristo o Mediador.....	21
Capítulo 9 - Do Livre-arbítrio.....	24
Capítulo 10 - Do Chamado Eficaz.....	25
Capítulo 11 - Da Justificação.....	27
Capítulo 12 - Da Adoção.....	29
Capítulo 13 - Da Santificação.....	30
Capítulo 14 - Da Fé Salvífica.....	31
Capítulo 15 - Do Arrependimento para a Vida.....	32

Capítulo 16 - Das Boas Obras.....	34
Capítulo 17 - Da Perseverança dos Santos.....	36
Capítulo 18 - Da Certeza da Graça e da Salvação.....	37
Capítulo 19 - Da Lei de Deus.....	39
Capítulo 20 - Da Liberdade Cristã e da Liberdade de Consciência.....	41
Capítulo 21 - Do Culto Religioso e do Dia de Descanso.....	43
Capítulo 22 - Dos Juramentos Legais e dos Votos.....	46
Capítulo 23 - Do Magistrado Civil.....	48
Capítulo 24 - Do Matrimônio e do Divórcio.....	50
Capítulo 25 - Da Igreja.....	52
Capítulo 26 - Da Comunhão dos Santos.....	54
Capítulo 27 - Dos Sacramentos.....	55
Capítulo 28 - Do Batismo.....	56
Capítulo 29 - Da Ceia do Senhor.....	58
Capítulo 30 - Das Censuras Eclesiásticas.....	61
Capítulo 31 - Dos Sínodos e Concílios.....	62
Capítulo 32 - Do Estado dos Homens após a Morte e da Ressurreição dos Mortos.....	64
Capítulo 33 - Do Julgamento Final.....	65

CAPÍTULO 1

DA SAGRADA ESCRITURA

1. Ainda que a luz da natureza e as obras da criação e da providência manifestem a bondade, a sabedoria e o poder de Deus, de tal modo que os homens ficam inescusáveis (Rm 2:14-15; Rm 1:19-20; Sl 19:1-3; Rm 1:32 com Rm 2:1), contudo não são suficientes para transmitir aquele conhecimento de Deus e da Sua vontade, que é necessário para a salvação (1 Co 1:21; 1 Co 2:13-14); por isso aprovou ao Senhor, em diversos tempos e por diferentes modos, revelar-Se à Sua Igreja e declarar aquela Sua vontade (Hb 1:1); e depois, para melhor preservação e propagação da verdade, e para o mais seguro estabelecimento e conforto da Igreja contra a corrupção da carne e a malícia de Satanás e do mundo, fez com que a mesma fosse completamente escrita (Pv 22: 19-21; Lc 1:3-4; Rm 15:4; Mt 4:4,7,10; Is 8:19-20); o que torna a Sagrada Escritura indispensável (2 Tm 3:15; 2 Pe 1:19), tendo cessado aqueles antigos modos de revelar Deus a Sua vontade ao Seu povo (Hb 1:1-2).

2. Sob o nome de Sagrada Escritura, ou Palavra de Deus escrita, incluem-se agora todos os livros do Velho e do Novo Testamento, os quais são:

DO VELHO TESTAMENTO

Gênesis	1 Reis	Eclesiastes	Obadias
Êxodo	2 Reis	Cantares de Salomão	Jonas
Levítico	1 Crônicas	Isaías	Miquéias
Números	2 Crônicas	Jeremias	Naum
Deuteronômio	Esdras	Lamentações	Habacuque
Josué	Neemias	Ezequiel	Sofonias
Juízes	Ester	Oséias	Ageu
Rute	Jó	Daniel	Zacarias
1 Samuel	Salmos	Joel	Malaquias
2 Samuel	Provérbios	Amós	

DO NOVO TESTAMENTO

Mateus	1 Timóteo
Marcos	2 Timóteo
Lucas	Filemon
João	Hebreus
Atos dos Apóstolos	Tiago
Romanos	1 Pedro
1 Coríntios	2 Pedro
2 Coríntios	1 João
Gálatas	2 João
Efésios	3 João
Filipenses	Judas
Colossenses	Apocalipse
1 Tessalonicenses	
2 Tessalonicenses	

Todos os quais foram dados por inspiração de Deus para serem a regra de fé e prática ([Lc 16:29,31](#); [Ef 2:20](#); [Ap 22:18-19](#); [2 Tm 3:16](#)).

3. Os livros que comumente são chamados apócrifos, não sendo de inspiração divina, não fazem parte do cânon da Escritura; e portanto não são de nenhuma autoridade na Igreja de Deus, nem de modo algum podem ser aprovados ou utilizados, senão como qualquer outro escrito humano ([Lc 24:27,44](#); [Rm 3:2](#); [2 Pe 1:21](#)).

4. A autoridade da Sagrada Escritura, pela qual ela deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou Igreja, mas depende somente de Deus (que é a própria verdade) que é o seu autor; portanto, deve ser recebida porque é a Palavra de Deus ([2 Pe 1:19,21](#); [2 Tm 3:16](#); [1 Jo 5:9](#); [1 Ts 2:13](#)).

5. Podemos ser movidos e induzidos a termos uma alta e reverente estima pela Sagrada Escritura pelo testemunho da Igreja ([1 Tm 3:15](#)). A suprema excelência do seu conteúdo, a eficácia da sua doutrina, a majestade do seu estilo, a harmonia de todas as suas partes, o escopo do

seu todo (que é dar a Deus toda a glória), a plena revelação que faz do único meio de salvação do homem, as suas muitas outras excelências incomparáveis e sua completa perfeição, são argumentos pelos quais abundantemente se evidencia ser ela a Palavra de Deus; contudo, a nossa plena persuasão e certeza da sua infalível verdade e divina autoridade provém da obra interna do Espírito Santo que, pela Palavra e com a Palavra, testifica em nossos corações (1 Jo 2:20,27; Jo 16:13-14; 1 Co 2:10-12; Is 59:21).

6. Todo o conselho de Deus concernente a todas as coisas indispensáveis para a Sua própria glória e para a salvação, fé e vida do homem, está expressamente registrado na Escritura ou pode ser, por boa e necessária consequência, deduzido da Escritura, à qual nada se acrescentará em tempo algum, nem por novas revelações do Espírito, nem por tradições dos homens (2 Tm 3:15-17; Gl 1:8-9; 2 Ts 2:2). No entanto, reconhecemos ser indispensável a iluminação interior do Espírito de Deus para a salvífica compreensão das coisas reveladas na Palavra (Jo 6:45; 1 Co 2:9-12), e que há algumas circunstâncias, concernentes ao culto de Deus e ao governo da Igreja, comuns às ações e sociedades humanas, as quais têm de ser ordenadas pela luz da natureza e pela prudência cristã, segundo as regras gerais da Palavra, que sempre devem ser observadas (1 Co 11:13-14; 1 Co 14:26,40).

7. Na Escritura, nem todas as coisas são igualmente claras por si mesmas, nem igualmente evidentes a todos (2 Pe 3:16); contudo, as coisas que precisam ser conhecidas, cridas e observadas para a salvação são tão claramente apresentadas e explicadas em algum lugar da Escritura, que, não só os doutos, mas ainda os indoutos, no devido uso dos meios ordinários, podem alcançar uma suficiente compreensão delas (Sl 119:105,130).

8. O Velho Testamento em hebraico (que é a língua nativa do antigo povo de Deus) e o Novo Testamento em grego (a língua mais geralmente conhecida entre as nações no tempo em que ele foi escrito), sendo inspirados imediatamente por Deus, e pelo seu singular cuidado e

providência conservados puros ao longo de todos os séculos, são, portanto, autênticos (Mt 5:18); e assim, em todas as controvérsias religiosas, a Igreja deve apelar para eles como recurso final (Is 8:20; At 15:15; Jo 5:39,46). Não sendo, porém, essas línguas conhecidas por todo o povo de Deus, que tem direito e interesse nas Escrituras, e que deve, no temor de Deus, lê-las e estudá-las (Jo 5:39), esses livros devem ser traduzidos para a língua popular de cada nação aonde chegarem (1 Co 14:6,9,11-12,24,27-28), a fim de que a Palavra de Deus, permanecendo nelas abundantemente, as leve a adorar a Deus de modo aceitável (Cl 3:16), e, através da paciência e conforto das Escrituras, tenham esperança (Rm 15:4).

9. A regra infalível de interpretação da Escritura é a própria Escritura; e portanto, quando houver alguma questão sobre o verdadeiro e pleno sentido de qualquer texto da Escritura (sentido que não é múltiplo, mas único), a mesma deve ser estudada e elucidada por outros textos que falem mais claramente (2 Pe 1:20-21; At 15:15-16).

10. O supremo juiz, pelo qual todas as controvérsias religiosas devem ser determinadas e por quem devem ser examinados todos os decretos dos concílios, todas as opiniões dos escritores antigos, todas as doutrinas de homens e opiniões particulares, e em cuja sentença devemos descansar, não pode ser outro senão o Espírito Santo falando na Escritura (Mt 22:29,31; Ef 2:20 com At 28:25).

CAPÍTULO 2

DE DEUS E DA SANTÍSSIMA TRINDADE

1. Há um só Deus ([Dt 6:4](#); [1 Co 8:4,6](#)), vivo e verdadeiro ([1 Ts 1:9](#); [Jr 10:10](#)), o qual é infinito em Seu Ser e perfeição ([Jó 11:7-9](#); [Jó 26:14](#)), um espírito puríssimo ([Jo 4:24](#)), invisível ([1 Tm 1:17](#)), sem corpo, membros ([Dt 4:15-16](#); [Jo 4:24](#) com [Lc 24:39](#)) ou paixões ([At 14:11,15](#)), imutável ([Tg 1:17](#); [Mt 3:6](#)), imenso ([1 Reis 8:27](#); [Jr 23:23-24](#)), eterno ([Sl 90:2](#); [1 Tm 1:17](#)), incompreensível ([Sl 145:3](#)), onipotente ([Gn 17:1](#); [Ap 4:8](#)), sapientíssimo ([Rm 16:27](#)), santíssimo ([Is 6:3](#); [Ap 4:8](#)), completamente livre ([Sl 115:3](#)), absoluto ([Ex 3:14](#)), fazendo tudo para a Sua própria glória ([Pv 16:4](#); [Rm 11:36](#)), segundo o conselho da sua própria imutável e justíssima vontade ([Ef 1:11](#)); completamente amável ([1 Jo 4:8,16](#)), gracioso, misericordioso, longânimo, abundante em bondade e verdade, que perdoa a iniquidade, a transgressão e o pecado ([Ex 34:6-7](#)); galardoador dos que diligentemente O buscam ([Hb 11:6](#)); e contudo justíssimo e terrível em Seus juízos ([Ne 9:32-33](#)), pois odeia todo o pecado ([Sl 5:5-6](#)), e de modo algum terá por inocente o culpado ([Na 1:2-3](#); [Ex 34:7](#)).

2. Deus tem em Si mesmo toda a vida ([Jo 5:26](#)), glória ([At 7:2](#)), bondade ([Sl 119:68](#)) e bem-aventurança ([1 Tm 6:15](#); [Rm 9:5](#)); e é o único todo-suficiente para Si mesmo, não necessitando das criaturas que Ele criou ([At 17:24-25](#)), não derivando delas glória alguma ([Jó 22:2-3](#)), mas somente manifestando Sua própria glória nelas, por meio delas, para elas e sobre elas. Ele é a única fonte de toda a existência, de quem, por meio de quem e para quem são todas as coisas ([Rm 11:36](#)); e sobre elas tem soberano domínio, para fazer por meio delas, para elas e sobre elas tudo quanto Lhe agrada ([Ap 4:11](#); [1 Tm 6:15](#); [Dn 4:25,35](#)). Todas as coisas estão patentes e manifestas diante Dele ([Hb 4:13](#)); Seu conhecimento é infinito, infalível e independente da criatura ([Rm 11:33-34](#); [Sl 147:5](#)), de modo que para Ele nada é contingente ou incerto ([At 15:18](#); [Ez 11:5](#)). Ele é santíssimo em todos os Seus conselhos, em todas as Suas obras e em todos os Seus mandamentos ([Sl 145:17](#); [Rm 7:12](#)). Da parte dos anjos, dos

homens e de qualquer outra criatura, são-Lhe devidos todo o culto, todo o serviço e obediência, que Lhe aprouve requerer deles (Ap 5:12-14).

3. Na unidade da Divindade há três pessoas, de uma mesma substância, poder e eternidade: Deus o Pai, Deus o Filho e Deus o Espírito Santo (1 Jo 5:7; Mt 3:16-17; Mt 28:19; 2 Co 13:14). O Pai não é de ninguém: não é gerado nem procedente; o Filho é eternamente gerado do Pai (Jo 1:14,18); o Espírito Santo é eternamente procedente do Pai e do Filho (Jo 15:26; Gl 4:6).

CAPÍTULO 3

DO DECRETO ETERNO DE DEUS

1. Deus, desde toda a eternidade, pelo sapientíssimo e santíssimo conselho de Sua própria vontade, ordenou livre e inalteravelmente tudo quanto acontece (Ef 1:11; Rm 11:33; Hb 6:17; Rm 9:15,18); porém, de tal modo que nem Deus é o autor do pecado (Tg 1:13,17; 1 Jo 1:5), nem violentada é a vontade das criaturas, nem é tirada a liberdade ou contingência das causas secundárias, antes são estabelecidas (At 2:23; Mt 17:12; At 4:27-28; Jo 19:11; Pv 16:33).

2. Ainda que Deus saiba tudo quanto pode ou há de acontecer em todas as circunstâncias imagináveis (At 15:18; 1 Sm 23:11-12; Mt 11:21,23), Ele não decretou coisa alguma por havê-la previsto como futura, ou como algo que haveria de acontecer em tais condições (Rm 9:11,13,16,18).

3. Pelo decreto de Deus e para a manifestação de Sua glória, alguns homens e alguns anjos (1 Tm 5:21; Mt 25:41) são predestinados para a vida eterna e outros são preordenados para a morte eterna (Rm 9:22-23; Ef 1:5-6; Pv 16:4).

4. Esses homens e esses anjos, assim predestinados e preordenados, são específica e imutavelmente designados, e o seu número é tão certo e definido, que não pode ser nem aumentado nem diminuído (2 Tm 2:19; Jo 13:18).

5. Aquela parte da humanidade que foi predestinada para a vida, Deus, antes da fundação do mundo, de acordo com Seu eterno e imutável propósito, e segundo o secreto conselho e beneplácito de Sua vontade, escolheu em Cristo, para a glória eterna (Ef 1:4,9,11; Rm 8:30; 2 Tm 1:9; 1 Ts 5:9), de Sua mera e livre graça e amor, sem qualquer previsão de fé ou de boas obras, ou de alguma perseverança em qualquer uma delas, ou de qualquer outra coisa na criatura, como condições ou causas que movessem Ele a isso (Rm 9:11,13,16; Ef:1,4,9), e tudo para o louvor da Sua gloriosa graça (Ef 1:6,12).

6. Assim como Deus destinou os eleitos para a glória, assim também, pelo eterno e mui livre propósito da Sua vontade, Ele preordenou todos os meios para esse fim ser alcançado (1 Pe 1:2; Ef 1:4-5; Ef 2:10; 2 Ts 2:13). Os que, portanto, são eleitos, achando-se caídos em Adão, são remidos por Cristo (1 Ts 5:9-10; Tt 2:14); são eficazmente chamados para a fé em Cristo pelo Seu Espírito, que opera no devido tempo; são justificados, adotados, santificados (Rm 8:30; Ef 1:5; 2 Ts 2:13) e guardados pelo Seu poder por meio da fé para a salvação (1 Pe 1:5). Não há, além dos eleitos, nenhum outro que seja remido por Cristo, eficazmente chamado, justificado, adotado, santificado e salvo. (Jo 17:9; Rm 8:28-39; Jo 6:64-65; Jo 10:26; Jo 8:47; 1 Jo 2:19).

7. Ao restante da humanidade, aprouve a Deus, de acordo com o insondável conselho de Sua própria vontade, pela qual Ele concede ou recusa Sua misericórdia, como Lhe apraz, para a glória de Seu soberano poder sobre suas criaturas, ordená-lo para a desonra e ira por causa de seu pecado, para o louvor de Sua gloriosa justiça (Mt 11:25-26; Rm 9:17-18,21-22; 2 Tm 2:19-20; Jd 4; 1 Pe 2:8).

8. A doutrina deste profundo mistério da predestinação deve ser tratada com especial prudência e cuidado (Rm 9:20; Rm 11:33; Dt 29:29), para que os homens, atentando para a vontade de Deus revelada em Sua Palavra, e prestando obediência à ela, possam, pela evidência de sua vocação eficaz, ter certeza da sua eterna eleição (2 Pe 1:10). Assim, esta doutrina fornecerá motivo de louvor, reverência e admiração a Deus (Ef 1:6; Rm 11:33), e humildade, diligência e abundante consolação a todos os que sinceramente obedecem ao evangelho (Rm 11:5-6,20; 2 Pe 1:10; Rm 8:33; Lc 10:20).

CAPÍTULO 4

DA CRIAÇÃO

1. Aproveu a Deus o Pai, o Filho e o Espírito Santo ([Hb 1:2](#); [Jo 1:2-3](#); [Gn 1:2](#); [Jó 26:13](#); [Jó 33:4](#)), para a manifestação da glória de seu eterno poder, sabedoria e bondade ([Rm 1:20](#); [Jr 10:12](#); [Sl 104:24](#); [Sl 33:5-6](#)), no princípio, criar, ou fazer do nada, o mundo e tudo o que nele há, visíveis ou invisíveis, no espaço de seis dias, e tudo muito bom ([Gn 1](#); [Hb 11:3](#); [Cl 1:16](#); [At 17:24](#)).

2. Depois de haver criado todas as outras criaturas, Deus criou o homem, macho e fêmea ([Gn 1:27](#)), com almas racionais e imortais ([Gn 2:7](#) com [Ec 12:7](#) e [Lc 23:43](#) e [Mt 10:28](#)), dotados com inteligência, justiça e verdadeira santidade, segundo a Sua própria imagem ([Gn 1:26](#); [Cl 3:10](#); [Ef 4:24](#)), tendo a lei de Deus escrita em seus corações ([Rm 2:14-15](#)), e o poder para cumpri-la ([Ec 7:29](#)); mas com a possibilidade de transgredi-la, sendo deixados à liberdade de sua própria vontade, a qual era sujeita a mudança ([Gn 3:6](#); [Ec 7:29](#)). Além desta lei escrita em seus corações, receberam um mandamento para não comerem da árvore do conhecimento do bem e do mal, pelo qual, enquanto o obedecessem, seriam felizes em sua comunhão com Deus ([Gn 2:17](#); [Gn 3:8-11,23](#)) e teriam domínio sobre as criaturas ([Gn 1:26,28](#)).

CAPÍTULO 5

DA PROVIDÊNCIA

1. Deus, o grande Criador de todas as coisas, sustenta (Hb 1:3), dirige, dispõe e governa todas as criaturas, todas as ações delas e todas as coisas (Dn 4:34-35; Sl 135:6; At 17:25-26,28; Jó 38-41), desde as maiores até as menores (Mt 10:29-31), por meio de Sua sapientíssima e santa providência (Pv 15:3; Sl 104:24; Sl 145:17), de acordo com Sua infalível presciência (At 15:18; Sl 94:8-11) e pelo livre e imutável conselho de Sua própria vontade (Ef 1:11; Sl 33:10-11), para o louvor da glória de Sua sabedoria, poder, justiça, bondade e misericórdia (Is 63:14; Ef 3:10; Rm 9:17; Gn 45:7; Sl 145:7).

2. Ainda que, em relação à presciência e decreto de Deus, que é a primeira Causa, todas as coisas aconteçam imutável e infalivelmente (At 2:23), contudo, pela providência, Ele ordena que elas sucedam de acordo com a natureza das causas secundárias, necessária, livre ou contingentemente (Gn 8:22; Jr 31:35; Ex 21:13 com Dt 19:5; 1 Rs 22:28,34; Is 10:6-7).

3. Deus, em Sua providência ordinária, faz uso de meios (At 27:31,44; Is 55:10-11; Os 2:21-22), contudo Ele é livre para operar sem eles (Os 1:7; Mt 4:4; Jó 34:20), sobre eles (Rm 4:19-21) e contra eles, como lhe apraz (2 Rs 6:6; Dn 3:27).

4. O onipotente poder, a insondável sabedoria e a infinita bondade de Deus, de tal maneira se manifestam em Sua providência, que se estende até mesmo à primeira queda e a todos os outros pecados dos anjos e dos homens (Rm 11:32-34; 2 Sm 24:1 com 1 Cr 21:1; 1 Rs 22:22-23; 1 Cr 10:4,13-14; 2 Sm 16:10; At 2:23; At 4:27-28), e isso não por uma mera permissão (At 14:16), mas por uma permissão tal que, sábia e poderosamente os limita (Sl 76:10; 2 Rs 19:28), regula e governa, em uma múltipla dispensação, para os Seus próprios e santos propósitos (Gn 50:20; Is 10:6-7,12); porém, de tal maneira que a pecaminosidade dessas transgressões procede tão-somente da criatura, e não de Deus, que

sendo santíssimo e justíssimo, não é nem pode ser o autor do pecado ou seu aprovador (Tg 1:13-14,17; 1 Jo 2:16; Sl 50:21).

5. O sapientíssimo, justíssimo e graciosíssimo Deus deixa muitas vezes, por algum tempo, seus próprios filhos entregues a muitas tentações e à corrupção de seus próprios corações, para castigá-los pelos seus pecados anteriores, ou fazer-lhes conhecer o poder oculto da corrupção e engano de seus corações, a fim de que eles sejam humilhados (2 Cr 32:25-26,31; 2 Sm 24:1), e para fazê-los dependerem mais íntima e constantemente do apoio dEle e torná-los mais vigilantes contra todas as futuras ocasiões de pecar e para vários outros fins justos e santos (2 Co 12:7-9; Sl 73; Sl 77:1-12; Mc 14:66-72 com Jo 21:15-17).

6. Quanto àqueles homens perversos e ímpios a quem Deus, como justo Juiz, cega e endurece, em razão de pecados anteriores (Rm 1:24,26,28; Rm 11:7-8), Ele não somente lhes recusa Sua graça pela qual poderiam ser iluminados em seus entendimentos e movidos em seus corações (Dt 29:4), mas às vezes também tira os dons que já possuíam (Mt 13:12; Mt 25:29), e os expõe a objetos que, por sua corrupção, tornam ocasião de pecado (Dt 2:30; 2 Reis 8:12-13); e além disso, entrega-os às suas próprias concupiscências e às tentações do mundo e ao poder de Satanás (Sl 81:11-12; 2 Ts 2:10-12); e assim acontece que eles se endurecem, até mesmo sob as influências daqueles meios que Deus usa para o abrandamento dos outros (Ex 7:3 com Ex 8:15,32; 2 Co 2:15-16; Is 8:14; 1 Pe 2:7-8; Is 6:9-10 com At 28:26-27).

7. Como a providência de Deus se estende, em geral, a todas as criaturas, assim, de um modo muito especial, ela cuida de Sua Igreja e tudo dispõe para o bem dela. (1 Tm 4:10; Am 9:8-9; Rm 8:28; Is 43:3-5,14).

CAPÍTULO 6

DA QUEDA DO HOMEM, DO PECADO E DA SUA PUNIÇÃO

1. Nossos primeiros pais, seduzidos pela astúcia e tentação de Satanás, pecaram, comendo o fruto proibido ([Gn 3:13](#); [2 Co 11:3](#)). Segundo o Seu sábio e santo conselho, agradou a Deus permitir o pecado deles, havendo proposto ordená-lo para a Sua própria glória ([Rm 11:32](#)).

2. Por este pecado eles caíram de sua retidão original e de sua comunhão com Deus ([Gn 3:6-8](#); [Ec 7:29](#); [Rm 3:23](#)), e assim tornaram-se mortos em pecado ([Gn 2:17](#); [Ef 2:1](#)), e completamente corrompidos em todas as faculdades e partes da alma e do corpo ([Tt 1:15](#); [Gn 6:5](#); [Jr 17:9](#); [Rm 3:10-18](#)).

3. Sendo eles a origem de toda a humanidade, a culpa deste pecado foi imputada [a toda a humanidade] ([Gn 1:27-28](#) e [Gn 2:16-17](#) e [At 17:26](#) com [Rm 5:12,15-19](#) e [1 Co 15:21-22,49](#)), assim também a mesma morte em pecado e sua natureza corrompida foram transmitidas a toda a sua posteridade, que deles descende por geração ordinária ([Sl 51:5](#); [Gn 5:3](#); [Jó 14:4](#); [Jó 15:14](#)).

4. Desta corrupção original, pela qual nos tornamos totalmente indispostos, incapazes e adversos a todo bem ([Rm 5:6](#); [Rm 8:7](#); [Rm 7:18](#); [Cl 1:21](#)), e totalmente inclinados a todo mal ([Gn 6:5](#); [Gn 8:21](#); [Rm 3:10-12](#)), procedem todas as transgressões atuais ([Tg 1:14-15](#); [Ef 2:2-3](#); [Mt 15:19](#)).

5. Esta corrupção da natureza permanece, durante esta vida, naqueles que são regenerados ([1 Jo 1:8,10](#); [Rm 7:14,17-18,23](#); [Tg 3:2](#); [Pv 20:9](#); [Ec 7:20](#)); e ainda que, por meio de Cristo, ela seja perdoada e mortificada, todavia tanto ela quanto todos os seus impulsos são real e propriamente pecado ([Rm 7:5,7-8,25](#); [Gl 5:17](#)).

6. Todo pecado, tanto o original quanto o atual, sendo transgressão da justa lei de Deus, e contrário a ela ([1 Jo 3:4](#)), traz, em sua própria natureza, culpa sobre o pecador ([Rm 2:15](#); [Rm 3:9,19](#)), pela qual está ele sujeito à

ira de Deus (Ef 2:3) e à maldição da lei (Gl 3:10), e portanto sujeito à morte (Rm 6:23), com todas as misérias espirituais (Ef 4:18), temporais (Rm 8:20; Lm 3:39) e eternas (Mt 25:41; 2 Ts 1:9).

CAPÍTULO 7

DO PACTO DE DEUS COM O HOMEM

1. Tão grande é a distância entre Deus e a criatura que, embora as criaturas racionais devam obediência a Ele como seu Criador, nunca poderiam fruir nada Dele como sua bem-aventurança e recompensa, senão por alguma voluntária condescendência por parte de Deus, a qual agradou a Ele expressar por meio de pacto ([Is 40:13-17](#); [Jó 9:32-33](#); [1 Sm 2:25](#); [Sl 113:5-6](#); [Sl 100:2-3](#); [Jó 22:2-3](#); [Jó 35:7-8](#); [Lc 17:10](#); [At 17:24-25](#)).

2. O primeiro pacto feito com o homem foi um pacto de obras ([Gl 3:12](#)), no qual a vida foi prometida a Adão e, nele, à sua posteridade ([Rm 10:5](#); [Rm 5:12-20](#)), sob a condição de perfeita e pessoal obediência ([Gn 2:17](#); [Gl 3:10](#)).

3. Tendo-se o homem tornado, por sua queda, incapaz de ter vida através deste pacto, ao Senhor agradou fazer um segundo pacto ([Gl 3:21](#); [Rm 8:3](#); [Rm 3:20-21](#); [Gn 3:15](#); [Is 42:6](#)), comumente chamado pacto da graça; pelo qual Ele gratuitamente oferece aos pecadores vida e salvação por meio de Jesus Cristo, exigindo deles fé Nele, para que sejam salvos ([Mc 16:15-16](#); [Jo 3:16](#); [Rm 10:6,9](#); [Gl 3:11](#)); e prometendo dar o Seu Santo Espírito a todos os que são ordenados para a vida, para torná-los dispostos e capazes de crer ([Ez 36:26-27](#); [Jo 6:44-45](#)).

4. Este pacto da graça é frequentemente apresentado na Escritura pelo nome de Testamento, em referência à morte de Jesus Cristo, o Testador, e à herança eterna, com todas as coisas que a ela pertencem, legadas neste pacto ([Hb 9:15-17](#); [Hb 7:22](#); [Lc 22:20](#); [1 Co 11:25](#)).

5. Este pacto foi administrado de forma diferente no tempo da lei e no tempo do evangelho ([2 Co 3:6-9](#)). Sob a lei, foi administrado por meio de promessas, profecias, sacrifícios, circuncisão, o cordeiro pascal e outros tipos e ordenanças entregues ao povo judeu, tudo prefigurando Cristo que havia de vir ([Hb 8:10](#); [Rm 4:11](#); [Cl 2:11-12](#); [1 Co 5:7](#)), o qual foi naquele tempo suficiente e eficaz, pela operação do Espírito, para instruir e edificar os eleitos na fé no Messias prometido ([1 Co 10:1-4](#); [Hb 11:13](#);

Jo 8:56), por meio de quem receberam plena remissão dos pecados e salvação eterna; e é chamado de Velho Testamento (Gl 3:7-9,14).

6. Sob o evangelho, quando Cristo, a substância (Cl 2:17), foi manifesto, as ordenanças pelas quais este pacto é ministrado são a pregação da Palavra e a administração dos sacramentos do Batismo e da Ceia do Senhor (Mt 28:19-20; 1 Co 11:23-25); pelas quais, ainda que em menor número, e administradas com mais simplicidade e menos glória externa, o pacto se manifesta com maior plenitude, evidência e eficácia espiritual (Hb 12:22-28; Jr 31:33-34), a todas as nações, tanto a judeus quanto a gentios (Mt 28:19; Ef 2:15-19); e é chamado de Novo Testamento (Lc 22:20). Não há, portanto, dois pactos da graça diferindo em substância, mas um só e o mesmo, sob várias dispensações (Gl 3:14,16; Rm 3:21-23,30; Sl 32:1 com Rm 4:3,6,16-17,23-24; Hb 13:8; At 15:11).

CAPÍTULO 8

DE CRISTO O MEDIADOR

1. Aproveu a Deus, em Seu eterno propósito, escolher e ordenar o Senhor Jesus, Seu Filho unigênito, para ser o Mediador entre Deus e o homem ([Is 42:1](#); [1 Pe 1:19-20](#); [Jo 3:16](#); [1 Tm 2:5](#)); o Profeta ([At 3:22](#)), o Sacerdote ([Hb 5:5-6](#)), o Rei ([Sl 2:6](#); [Lc 1:33](#)); o Cabeça e Salvador de Sua Igreja ([Ef 5:23](#)); o Herdeiro de todas as coisas ([Hb 1:2](#)); o Juiz do mundo ([At 17:31](#)); para quem, desde a eternidade, deu um povo para ser Sua semente ([Jo 17:6](#); [Sl 22:30](#); [Is 53:10](#)) e para ser por Ele, no tempo, remido, chamado, justificado, santificado e glorificado ([1 Tm 2:6](#); [Is 55:4-5](#); [1 Co 1:30](#)).

2. O Filho de Deus, a segunda Pessoa da Trindade, sendo verdadeiro e eterno Deus, da mesma substância do Pai e igual a Ele, quando chegou a plenitude do tempo, tomou para Si a natureza humana ([Jo 1:1,14](#); [1 Jo 5:20](#); [Fp 2:6](#); [Gl 4:4](#)), com todas as suas propriedades essenciais e as enfermidades comuns a ela, contudo sem pecado ([Hb 2:14,16-17](#); [Hb 4:15](#)); sendo concebido pelo poder do Espírito Santo, no ventre da virgem Maria e da substância dela ([Lc 1:27,31,35](#); [Gl 4:4](#)). Sendo assim, as duas naturezas inteiras, perfeitas e distintas, a Divindade e a humanidade, inseparavelmente unidas em uma só pessoa, sem conversão, composição ou confusão ([Lc 1:35](#); [Cl 2:9](#); [Rm 9:5](#); [1 Pe 3:18](#); [1 Tm 3:16](#)). Sendo essa pessoa verdadeiro Deus e verdadeiro homem, porém, um só Cristo, o único Mediador entre Deus e o homem ([Rm 1:3-4](#); [1 Tm 2:5](#)).

3. O Senhor Jesus, em Sua natureza humana assim unida à divina, foi santificado e ungido pelo Espírito Santo acima de qualquer medida ([Sl 45:7](#); [Jo 3:34](#)), tendo em Si todos os tesouros da sabedoria e do conhecimento ([Cl 2:3](#)) e em quem approveu ao Pai habitasse toda a plenitude ([Cl 1:19](#)), a fim de que, sendo santo, inocente, imaculado e cheio de graça e verdade ([Hb 7:26](#); [Jo 1:14](#)), estivesse perfeitamente preparado para exercer o ofício de Mediador e Fiador ([At 10:38](#); [Hb 12:24](#); [Hb 7:22](#)). Este ofício Ele não tomou para Si, mas para ele foi chamado por Seu Pai ([Hb 5:4-5](#)), que Lhe pôs nas mãos todo o poder e todo o juízo e Lhe ordenou que os exercesse ([Jo 5:22,27](#); [Mt 28:18](#); [At 2:36](#)).

4. Este ofício o Senhor Jesus exerceu mui voluntariamente (Sl 40:7-8 com Hb 10:5-10; Jo 10:18; Fp 2:8). Para que pudesse exercê-lo, se fez sujeito à lei (Gl 4:4) e a cumpriu perfeitamente (Mt 3:15; Mt 5:17), padeceu imediatamente em Sua alma os mais cruéis tormentos (Mt 26:37-38; Lc 22:44; Mt 27:46) e em Seu corpo os mais dolorosos sofrimentos (Mt 26:27); foi crucificado e morto (Fp 2:8); foi sepultado e ficou sob o poder da morte, mas não viu corrupção (At 2:23-24,27; At 13:37; Rm 6:9). Ao terceiro dia ressuscitou dos mortos (1 Co 15:3-4), com o mesmo corpo que padeceu (Jo 20:25,27); com esse corpo subiu ao céu onde está assentado à destra de seu Pai (Mc 16:19) fazendo intercessão (Rm 8:34; Hb 9:24; Hb 7:25) e voltará no fim do mundo para julgar homens e anjos (Rm 14:9-10; At 1:11; At 10:42; Mt 13:40-42; Jd 6; 2 Pe 2:4).

5. O Senhor Jesus, por Sua perfeita obediência e sacrifício de Si mesmo, que Ele ofereceu a Deus, pelo Espírito eterno, uma só vez, tendo satisfeito plenamente a justiça de Seu Pai (Rm 5:19; Hb 9:14,16; Hb 10:14; Ef 5:2; Rm 3:25-26), comprou não apenas a reconciliação, mas também herança eterna no reino do céu para todos aqueles que o Pai Lhe deu (Dn 9:24,26; Cl 1:19-20; Ef 1:11,14; Jo 17:2; Hb 9:12,15).

6. Ainda que a obra da redenção não tenha sido efetivamente realizada por Cristo até após a Sua encarnação, contudo a virtude, a eficácia e os benefícios dela foram comunicados aos eleitos em todas as épocas, sucessivamente, desde o princípio do mundo, naquelas e através daquelas promessas, tipos e sacrifícios, pelos quais Ele revelou e significou ser a semente da mulher que esmagaria a cabeça da serpente e o Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo, sendo o mesmo ontem e hoje e para sempre (Gl 4:4-5; Gn 3:15; Ap 13:8; Hb 13:8).

7. Cristo, na obra de mediação, age de acordo com as duas naturezas, fazendo através de cada natureza o que lhe é próprio (Hb 9:14; 1 Pe 3:18); contudo, em razão da unidade de pessoa, o que é próprio de uma natureza é atribuído às vezes, na Escritura, à pessoa denominada pela outra natureza (At 20:28; Jo 3:13; 1 Jo 3:16).

8. Cristo, infalível e eficazmente, aplica e comunica a redenção a todos aqueles para quem a adquiriu (Jo 6:37,39; Jo 10:15-16), intercedendo por eles (1 Jo 2:1-2; Rm 8:34) e revelando-lhes, na Palavra e pela Palavra, os mistérios da salvação (Jo 15:13,15; Ef 1:7-9; Jo 17:6); eficazmente persuadindo-os, pelo Seu Espírito, a crer e obedecer; governando seus corações por meio de Sua Palavra e de Seu Espírito (Jo 14:26; Hb 12:2; 2 Co 4:13; Rm 8:9,14; Rm 15:18-19; Jo 17:17), superando a todos os seus inimigos através de Seu infinito poder e sabedoria, da maneira e pelos meios mais conformes com a Sua maravilhosa e insondável dispensação (Sl 110:1; 1 Co 15:25-26; Mt 4:2-3; Cl 2:15).

CAPÍTULO 9

DO LIVRE-ARBÍTRIO

1. Deus dotou a vontade do homem com tal liberdade natural, que ela não é forçada nem para o bem e nem para o mal, nem a isso determinada por qualquer necessidade absoluta da sua natureza ([Mt 17:12](#); [Tg 1:14](#); [Dt 30:19](#)).
2. O homem, em seu estado de inocência, tinha a liberdade e o poder de querer e fazer aquilo que é bom e agradável a Deus ([Ec 7:29](#); [Gn 1:26](#)), mas mutavelmente, de tal maneira que pudesse cair desse estado ([Gn 2:16-17](#); [Gn 3:6](#)).
3. O homem, com sua queda no estado de pecado, perdeu inteiramente a capacidade da vontade quanto a qualquer bem espiritual que acompanhe a salvação ([Rm 5:6](#); [Rm 8:7](#); [Jo 15:5](#)); de tal maneira que o homem natural, inteiramente avesso a esse bem ([Rm 3:10,12](#)), e morto em pecado ([Ef 2:1,5](#); [Cl 2:13](#)), é incapaz de, pelo seu próprio poder, converter-se ou mesmo preparar-se para isso ([Jo 6:44,65](#); [Ef 2:2-5](#); [1 Co 2:14](#); [Tt 3:3-5](#)).
4. Quando Deus converte um pecador e o transfere para o estado de graça, Ele o liberta de sua natural escravidão sob o pecado ([Cl 1:13](#); [Jo 8:34,36](#)) e, exclusivamente por sua graça, o habilita a livremente querer e fazer o que é espiritualmente bom ([Fp 2:13](#); [Rm 6:18,22](#)); contudo, de tal modo que, por causa da corrupção ainda existente nele, o pecador não faz perfeitamente nem deseja somente o que é bom, mas também o que é mau ([Gl 5:17](#); [Rm 7:15,18-19,21,23](#)).
5. Somente no estado de glória a vontade do homem será perfeita e imutavelmente livre para fazer o bem somente ([Ef 4:13](#); [Hb 12:23](#); [1 Jo 3:2](#); [Jd 24](#)).

CAPÍTULO 10

DO CHAMADO EFICAZ

1. Todos aqueles a quem Deus predestinou para a vida, e somente esses, a Ele agradou, no tempo determinado e aceito por Ele, chamar eficazmente ([Rm 8:30](#); [Rm 11:7](#); [Ef 1:10-11](#)), por Sua Palavra e por Seu Espírito ([2 Ts 2:13-14](#); [2 Co 3:3,6](#)), tirando-os daquele estado de pecado e morte em que estão por natureza, e transpondo-os para a graça e salvação por meio de Jesus Cristo ([Rm 8:2](#); [Ef 2:1-5](#); [2 Tm 1:9-10](#)); iluminando espiritual e salvificamente suas mentes para compreenderem as coisas de Deus ([At 26:18](#); [1 Co 2:10,12](#); [Ef 1:17-18](#)); tirando seus corações de pedra e dando-lhes corações de carne ([Ez 36:26](#)); renovando suas vontades e, pela Sua onipotência, determinando-as para aquilo que é bom ([Ez 11:9](#); [Fp 2:13](#); [Dt 30:6](#); [Ez 36:27](#)), e atraindo-os eficazmente a Jesus Cristo ([Ef 1:19](#); [Jo 6:44-45](#)); porém, de tal maneira que eles vêm mui livremente, sendo para isso dispostos pela Sua graça ([Ct 1:4](#); [Sl 110:3](#); [Jo 6:37](#); [Rm 6:16-18](#)).

2. Esta vocação eficaz provém somente da livre e especial graça de Deus e não de qualquer coisa prevista no homem ([2 Tm 1:9](#); [Tt 3:4-5](#); [Ef 2:4-5,8-9](#); [Rm 9:11](#)); que é completamente passivo até que, vivificado e renovado pelo Espírito Santo ([1 Co 2:14](#); [Rm 8:7](#); [Ef 2:5](#)), fica capacitado a responder a esta vocação e a abraçar a graça nela oferecida e comunicada ([Jo 6:37](#); [Ez 36:27](#); [Jo 5:25](#)).

3. As crianças eleitas, morrendo na infância, são regeneradas e salvas por Cristo por meio do Espírito ([Lc 18:15-16](#) e [At 2:38-39](#) e [Jo 3:3,5](#) e [1 Jo 5:12](#) e [Rm 8:9](#) – todos estes textos comparados), que opera quando, onde e como quer ([Jo 3:8](#)). Do mesmo modo são salvas todas as outras pessoas eleitas que são incapazes de ser exteriormente chamadas pelo ministério da Palavra ([1 Jo 5:12](#); [At 4:12](#)).

4. Os outros, não eleitos, embora possam ser chamados pelo ministério da Palavra ([Mt 22:14](#)) e possam receber algumas operações comuns do Espírito ([Mt 7:22](#); [Mt 13:20-21](#); [Hb 6:4-5](#)), contudo nunca vão a Cristo

verdadeiramente e, portanto, não podem ser salvos (Jo 6:64-66; Jo 8:24); muito menos poderão ser salvos por qualquer outro meio aqueles que não professam a religião Cristã, por mais diligentes que sejam em conformar suas vidas com a luz da natureza e com a lei da religião que professam (At 4:12; Jo 14:6; Ef 2:12; Jo 4:22; Jo 17:3). Asseverar e manter que o podem, é muito pernicioso e deve ser detestado (2 Jo 9-11; 1 Co 16:22; Gl 1:6-8).

CAPÍTULO 11

DA JUSTIFICAÇÃO

1. Aqueles a quem Deus eficazmente chama, também livremente justifica ([Rm 8:30](#); [Rm 3:24](#)); não infundindo neles a justiça, mas perdoadando os seus pecados, considerando e aceitando suas pessoas como justas não por qualquer coisa neles operada ou por eles feita, mas unicamente por causa de Cristo; não imputando a eles como justiça sua própria fé, o ato de crer, ou qualquer outra obediência evangélica; mas imputando-lhes a obediência e satisfação de Cristo ([Rm 4:5-8](#); [2 Co 5:19,21](#); [Rm 3:22,24-25,27-28](#); [Tt 3:5,7](#); [Ef 1:7](#); [Jr 23:6](#); [1 Co 1:30-31](#); [Rm 5:17-19](#)), quando eles O recebem e descansam Nele e em Sua justiça pela fé, que eles têm não de si mesmos, mas que é um dom de Deus ([At 10:43](#); [Gl 2:16](#); [Fp 3:9](#); [At 13:38-39](#); [Ef 2:7-8](#)).

2. A fé, assim recebendo e descansando em Cristo e Sua justiça, é o único instrumento da justificação ([Jo 1:12](#); [Rm 3:28](#); [Rm 5:1](#)); ela, contudo, não está sozinha na pessoa justificada, mas está sempre acompanhada de todas as outras graças salvíficas; não é uma fé morta, mas uma fé que age pelo amor ([Tg 2:17,22,26](#); [Gl 5:6](#)).

3. Cristo, por sua obediência e morte, pagou plenamente a dívida de todos os que são assim justificados, e em favor deles fez uma própria, real e plena satisfação da justiça de Seu Pai ([Rm 5:8-10,19](#); [1 Tm 2:5-6](#); [Hb 10:10,14](#); [Dn 9:24,26](#); [Is 53:4-6,10-12](#)). Contudo, como Cristo foi-lhes dado pelo Pai ([Rm 8:32](#)), e Sua obediência e satisfação foram aceitas em lugar deles ([2 Co 5:21](#); [Mt 3:17](#); [Ef 5:2](#)), e ambas gratuitamente e não por algo neles existente, a justificação deles é somente da livre graça ([Rm 3:24](#); [Ef 1:17](#)), a fim de que tanto a perfeita justiça como a abundante graça de Deus fossem glorificadas na justificação dos pecadores ([Rm 3:26](#); [Ef 2:7](#)).

4. Deus, desde toda a eternidade, decretou justificar todos os eleitos ([Gl 3:8](#); [1 Pe 1:2,19-20](#); [Rm 8:30](#)); e Cristo, na plenitude dos tempos, morreu pelos pecados deles e ressuscitou para a justificação deles ([Gl 4:4](#); [1 Tm](#)

2:6; Rm 4:25). No entanto, eles não são justificados até que o Espírito Santo, no devido tempo, lhes aplique de fato os méritos de Cristo (Cl 1:21-22; Gl 2:16; Tt 3:3-7).

5. Deus continua a perdoar os pecados dos que são justificados (Mt 6:12; 1 Jo 1:7,9; 1 Jo 2:1-2); e embora eles nunca poderão cair do estado de justificação (Lc 22:32; Jo 10:28; Hb 10:14), poderão, contudo, como resultado de seus pecados, incorrer no paternal desagrado de Deus e ficarem privados da luz de Seu rosto, até que se humilhem, confessem seus pecados, implorem o perdão e renovem sua fé e seu arrependimento (Sl 89:31-33; Sl 51:7-12; Sl 32:5; Mt 26:75; 1 Co 11:30,32; Lc 1:20).

6. A justificação dos crentes sob o Velho Testamento era, em todos estes aspectos, uma e a mesma justificação dos crentes sob o Novo Testamento (Gl 3:9, 13-14; Rm 4:22-24; Hb 13:8).

CAPÍTULO 12

DA ADOÇÃO

1. A todos aqueles que são justificados, Deus concede fazer participantes da graça da adoção, em seu único Filho Jesus Cristo e por Ele (Ef 1:5); pela qual eles são recebidos no número dos filhos de Deus e gozam da liberdade e dos privilégios deles (Gl 4:4-5; Rm 8:17; Jo 1:12); têm sobre si o nome Dele (Jr 14:9; 2 Co 6:18; Ap 3:12); recebem o Espírito de adoção (Rm 8:15); têm acesso, com confiança, ao trono da graça (Ef 3:12; Rm 5:2) e são habilitados, a clamar Aba, Pai (Gl 4:6); são tratados com compaixão (Sl 103:13), protegidos (Pv 14:26), supridos (Mt 6:30,32; 1 Pe 5:7) e corrigidos por Ele, como por um Pai (Hb 12:6); nunca, porém, abandonados (Lm 3:31), mas selados para o dia da redenção (Ef 4:30), e herdam as promessas (Hb 6:12) como herdeiros da eterna salvação (1 Pe 1:3-4; Hb 1:14).

CAPÍTULO 13

DA SANTIFICAÇÃO

1. Aqueles que são eficazmente chamados e regenerados, tendo sido criado neles um novo coração e um novo espírito, são, além disso, santificados real e pessoalmente, pela virtude da morte e ressurreição de Cristo (1 Co 6:11; At 20:32; Fp 3:10; Rm 6:5-6), por Sua Palavra e pelo Seu Espírito que neles habitam (Jo 17:17; Ef 5:26; 2 Ts 2:13); o domínio de todo o corpo do pecado é destruído (Rm 6:6,14), as suas várias concupiscências são mais e mais enfraquecidas e mortificadas (Gl 5:24; Rm 8:13), e eles são mais e mais vivificados e fortalecidos em todas as graças salvíficas (Cl 1:11; Ef 3:16-19), para a prática da verdadeira santidade, sem a qual ninguém verá o Senhor (2 Co 7:1; Hb 12:14).

2. Esta santificação é completa, no homem todo (1 Ts 5:23), porém imperfeita nesta vida; permanecendo ainda, em todas as partes dele, restos da corrupção (1 Jo 1:10; Rm 7:18,23; Fp 3:12); e disso nasce uma guerra contínua e irreconciliável: a carne lutando contra o Espírito, e o Espírito contra a carne (Gl 5:17; 1 Pe 2:11).

3. Nessa guerra, ainda que a corrupção remanescente prevaleça por algum tempo (Rm 7:23), contudo, pelo contínuo socorro da eficácia do santificador Espírito de Cristo, a parte regenerada vence (Rm 6:14; 1 Jo 5:4; Ef 4:15-16), e assim os santos crescem em graça (2 Pe 3:18; 2 Co 3:18), aperfeiçoando sua santidade no temor de Deus (2 Co 7:1).

CAPÍTULO 14

DA FÉ SALVÍFICA

1. A graça da fé, pela qual os eleitos são habilitados a crer para a salvação de suas almas (**Hb 10:39**), é obra que o Espírito de Cristo faz nos corações deles (**2 Co 4:13**; **Ef 1:17-19**; **Ef 2:8**), e é ordinariamente operada pelo ministério da Palavra (**Rm 10:14,17**), por meio da qual também, bem como pela administração dos sacramentos e pela oração, ela é aumentada e fortalecida (**1 Pe 2:2**; **At 20:32**; **Rm 4:11**; **Lc 17:5**; **Rm 1:16-17**).

2. Por essa fé, o Cristão crê ser verdadeiro tudo quanto é revelado na Palavra, segundo a autoridade do próprio Deus que fala nela (**Jo 4:42**; **1 Ts 2:13**; **1 Jo 5:10**; **At 24:14**); e age de conformidade com o que cada passagem particularmente contém, prestando obediência aos mandamentos (**Rm 16:26**), tremendo ante suas ameaças (**Is 66:2**) e abraçando as promessas de Deus para esta vida e para a vida futura (**Hb 11:13**; **1 Tm 4:8**). Porém, os principais atos da fé salvífica são: aceitar, receber e descansar unicamente em Cristo para a justificação, a santificação e a vida eterna, em virtude do pacto da graça (**Jo 1:12**; **At 16:31**; **Gl 2:20**; **At 15:11**).

3. Esta fé é de diferentes graus: é fraca ou forte (**Hb 5:13-14**; **Rm 4:19-20**; **Mt 6:30**; **Mt 8:10**); pode ser muitas vezes e de muitos modos assaltada e enfraquecida, mas alcança a vitória (**Lc 22:31-32**; **Ef 6:16**; **1 Jo 5:4-5**); desenvolvendo-se e atingindo em muitos uma perfeita segurança através de Cristo (**Hb 6:11-12**; **Hb 10:22**; **Cl 2:2**), que é tanto o autor quanto o consumidor de nossa fé (**Hb 12:2**).

CAPÍTULO 15

DO ARREPENDIMENTO PARA A VIDA

1. O arrependimento para a vida é uma graça evangélica ([Zc 12:10](#); [At 11:18](#)), doutrina esta que deve ser pregada por todo o ministro do evangelho, tanto quanto a da fé em Cristo ([Lc 24:47](#); [Mc 1:15](#); [At 20:21](#)).
2. Pelo arrependimento o pecador, movido pelo reconhecimento e pelo senso, não somente do perigo, mas da imundícia e odiosidade dos seus pecados, como sendo contrários à santa natureza e à justa lei de Deus, e pela apreensão de Sua misericórdia em Cristo para os que são penitentes, se entristece e odeia seus pecados, e deixando todos eles volta-se para Deus ([Ez 18:30-31](#); [Ez 36:31](#); [Is 30:22](#); [Sl 51:4](#); [Jr 31:18-19](#); [Jl 2:12-13](#); [Am 5:15](#); [Sl 119:128](#); [2 Co 7:11](#)), tencionando e esforçando-se para andar com Ele em todos os caminhos dos seus mandamentos ([Sl 119:6,59,106](#); [Lc 1:6](#); [2 Rs 23:25](#)).
3. Ainda que não devamos confiar no arrependimento como sendo de algum modo uma satisfação pelo pecado, ou em qualquer sentido a causa do perdão dele ([Ez 36:31-32](#); [Ez 16:61-63](#)), o qual é um ato da livre graça de Deus em Cristo ([Os 14:2,4](#); [Rm 3:24](#); [Ef 1:7](#)), contudo, ele é de tal modo necessário a todos os pecadores, que sem ele ninguém poderá esperar o perdão ([Lc 13:3,5](#); [At 17:30-31](#)).
4. Como não há pecado tão pequeno que não mereça a condenação ([Rm 6:23](#); [Rm 5:12](#); [Mt 12:36](#)), assim também não há pecado tão grande que traga condenação aos que verdadeiramente se arrependem ([Is 55:7](#); [Rm 8:1](#); [Is 1:16,18](#)).
5. Os homens não devem contentar-se com um arrependimento geral, mas é dever de todos se esforçarem para se arrependermos especificamente de cada um dos seus pecados ([Sl 19:13](#); [Lc 19:8](#); [1 Tm 1:13,15](#)).
6. Como todo homem é obrigado a fazer a Deus confissão privativa de seus pecados, orando pelo perdão dos mesmos ([Sl 51:4-5,7,9,14](#); [Sl 32:5-](#)

6), com o que e pelo abandono deles, achará misericórdia ([Pv 28:13](#); [1 Jo 1:9](#)); assim também, aquele que escandaliza seu irmão, ou a Igreja de Cristo, deve estar disposto, por uma confissão privativa ou pública do seu pecado e do pesar que por ele sente, a declarar o seu arrependimento aos que estão ofendidos ([Tg 5:16](#); [Lc 17:3-4](#); [Js 7:19](#); [Sl 51](#)); isto feito, estes devem reconciliar-se com ele e recebê-lo em amor ([2 Co 2:8](#)).

CAPÍTULO 16

DAS BOAS OBRAS

1. Boas obras são somente aquelas que Deus ordenou em Sua santa Palavra ([Mq 6:8](#); [Rm 12:2](#); [Hb 13:21](#)), e não as que, sem a autorização dela, são inventadas pelos homens movidos por um zelo cego ou por qualquer pretensão de boa intenção ([Mt 15:9](#); [Is 29:13](#); [1 Pe 1:18](#); [Rm 10:2](#); [Jo 16:2](#); [1 Sm 15:21-23](#)).

2. Estas boas obras, feitas em obediência aos mandamentos de Deus, são os frutos e evidências de uma fé viva e verdadeira ([Tg 2:18,22](#)); e por elas os crentes manifestam sua gratidão ([Sl 116:12-13](#); [1 Pe 2:9](#)), fortalecem sua confiança ([1 Jo 2:3,5](#); [2 Pe 1:5-10](#)), edificam seus irmãos ([2 Co 9:2](#); [Mt 5:16](#)), adornam a profissão do evangelho ([Tt 2:5,9-12](#); [1 Tm 6:1](#)), tapam a boca dos adversários ([1 Pe 2:15](#)) e glorificam a Deus ([1 Pe 2:12](#); [Fp 1:11](#); [Jo 15:8](#)), de quem são feitura, criados em Jesus Cristo para isso mesmo ([Ef 2:10](#)), a fim de que, tendo o seu fruto para a santidade, tenham no fim a vida eterna ([Rm 6:22](#)).

3. A capacidade de fazer boas obras não é de modo algum dos próprios crentes, mas provém inteiramente do Espírito de Cristo ([Jo 15:4-5](#); [Ez 36:26-27](#)). E para que possam ser habilitados para isso, é necessária que haja, além das graças que já receberam, uma influência real do mesmo Espírito Santo operando neles o querer e o realizar segundo o Seu beneplácito ([Fp 2:13](#); [Fp 4:13](#); [2 Co 3:5](#)); contudo, eles não devem, por isso, tornar-se negligentes, como se não fossem obrigados a cumprir qualquer dever senão quando movidos especialmente pelo Espírito; mas devem ser diligentes em estimular a graça de Deus que está neles ([Fp 2:12](#); [Hb 6:11-12](#); [2 Pe 1:3,5,10-11](#); [Is 64:7](#); [2 Tm 1:6](#); [At 26:6-7](#); [Jd 20-21](#)).

4. Aqueles que alcançam, pela sua obediência, a maior perfeição possível nesta vida, estão longe de exceder e fazer mais do que Deus requer, e não são capazes de cumprir com os muitos deveres que são obrigados a fazer ([Lc 17:10](#); [Ne 13:22](#); [Jó 9:2-3](#); [Gl 5:17](#)).

5. Não podemos, por nossas melhores obras, merecer da mão de Deus o perdão de pecado, ou a vida eterna, porque é grande a desproporção que há entre elas e a glória por vir, e infinita a distância que há entre nós e Deus, a quem não podemos ser úteis, por meio delas, nem satisfazer pela dívida dos nossos pecados anteriores (Rm 3:20; Rm 4:2,4,6; Ef 2:8-9; Tt 3:5-7; Rm 8:18; Sl 16:2; Jó 22:2-3; Jó 35:7-8); mas quando tivermos feito tudo o que pudermos, nós teremos cumprido apenas o nosso dever e seremos servos inúteis (Lc 17:10); e porque, sendo boas, elas procedem do Espírito (Gl 5:22-23); e, como são realizadas por nós, são impuras e misturadas com tanta fraqueza e imperfeição, que não podem suportar a severidade do juízo de Deus (Is 64:6; Gl 5:17; Rm 7:15,18; Sl 143:2; Sl 130:3).

6. No entanto, sendo as pessoas dos crentes aceitas por meio de Cristo, as suas boas obras também são aceitas nEle (Ef 1:6; 1 Pe 2:5; Ex 28:38; Gn 4:4 com Hb 11:4); não como se fossem, nesta vida, inteiramente puras e irrepreensíveis à vista de Deus (Jó 9:20; Sl 143:2); mas, porque Ele, vendo-as através de Seu Filho, se agrada em aceitar e recompensar aquilo que é sincero, embora seja acompanhado de muitas fraquezas e imperfeições (Hb 13:20-21; 2 Co 8:12; Hb 6:10; Mt 25:21,23).

7. As obras feitas pelos não regenerados, embora sejam, quanto à matéria, coisas que Deus ordena e úteis tanto a eles mesmos como a outros (2 Rs 10:30-31; 1 Rs 21:27,29; Fp 1:15-16,18), contudo, porque não procedem de um coração purificado pela fé (Gn 4:5 com Hb 11:4; Hb 11:6), não são feitas de uma maneira correta, segundo a Palavra (1 Co 13:3; Is 1:12), nem para um propósito correto, que é a glória de Deus (Mt 6:2,5,16), elas são, portanto, pecaminosas e não podem agradar a Deus, nem preparar o homem para receber a graça de Deus (Ag 2:14; Tt 1:15; Am 5:21-22; Os 1:4; Rm 9:16; Tt 3:5). E não obstante, negligenciá-las é ainda mais pecaminoso e ofensivo a Deus (Sl 14:4; Sl 36:3; Jó 21:14-15; Mt 25:41-43,45; Mt 23:23).

CAPÍTULO 17

DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS

1. Aqueles a quem Deus aceitou em Seu Amado, eficazmente chamados e santificados pelo Seu Espírito, não podem cair do estado da graça, nem totalmente, nem finalmente; mas certamente perseverarão nesse estado até o fim e serão eternamente salvos ([Fp 1:6](#); [2 Pe 1:10](#); [Jo 10:28-29](#); [1 Jo 3:9](#); [1 Pe 1:5,9](#)).

2. Esta perseverança dos santos não depende do livre-arbítrio deles, mas da imutabilidade do decreto da eleição, procedente do livre e imutável amor de Deus Pai ([2 Tm 2:18-19](#); [Jr 31:3](#)); da eficácia do mérito e intercessão de Jesus Cristo ([Hb 10:10,14](#); [Hb 13:20-21](#); [Hb 9:12-15](#); [Rm 8:33-39](#); [Jo 17:11,24](#); [Lc 22:32](#); [Hb 7:25](#)); da permanência do Espírito e da semente de Deus neles ([Jo 14:16-17](#); [1 Jo 2:27](#); [1 Jo 3:9](#)); e da natureza do pacto da graça ([Jr 32:40](#)); de todas estas coisas vêm a sua certeza e infalibilidade ([Jo 10:28](#); [2 Ts 3:3](#); [1 Jo 2:19](#)).

3. No entanto eles podem, pelas tentações de Satanás e do mundo, pela prevalência da corrupção neles restante e pela negligência dos meios de sua preservação, cair em graves pecados ([Mt 26:70,72,74](#)) e, por algum tempo, continuar neles ([Sl 51](#)); incorrem, assim, no desagrado de Deus ([Is 64:5,7,9](#); [2 Sm 11:27](#)), entristecem o seu Santo Espírito ([Ef 4:30](#)) e, em alguma medida, vêm a ser privados de Suas graças e confortos ([Sl 51:8,10,12](#); [Ap 2:4](#); [Ct 5:2-4,6](#)); têm seus corações endurecidos ([Is 63:17](#); [Mc 6:52](#); [Mc 16:14](#)) e suas consciências feridas ([Sl 32:3-4](#); [Sl 51:8](#)); prejudicam e escandalizam outros ([2 Sm 12:14](#)) e trazem para si juízos temporais ([Sl 89:31-32](#); [1 Co 11:32](#)).

CAPÍTULO 18

DA CERTEZA DA GRAÇA E DA SALVAÇÃO

1. Ainda que os hipócritas e outros não regenerados possam iludir-se em vão com falsas esperanças e carnal presunção de se acharem no favor de Deus e em estado de salvação (Jó 8:13-14; Mq 3:11; Dt 29:19; Jo 8:41), esperança essa que perecerá (Mt 7:22-23), contudo, os que verdadeiramente crêem no Senhor Jesus e O amam sinceramente, procurando andar perante Ele em toda boa consciência, podem, nesta vida, ter certeza de que estão em estado de graça (1 Jo 2:3; 1 Jo 3:14,18-19,21,24; 1 Jo 5:13), e podem regozijar-se na esperança da glória de Deus, esperança esta que nunca os envergonhará (Rm 5:2,5).

2. Esta certeza não é uma mera persuasão conjectural e provável, fundada numa falsa esperança (Hb 6:11,19), mas uma infalível segurança de fé, fundada na divina verdade das promessas de salvação (Hb 6:17-18), na evidência interior das graças nas quais são feitas essas promessas (2 Pe 1:4-5,10-11; 1 Jo 2:3; 1 Jo 3:14; 2 Co 1:12), no testemunho do Espírito de adoção que testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus (Rm 8:15-16), Espírito este que é o penhor de nossa herança, por quem somos selados para o dia da redenção (Ef 1:13-14; Ef 4:30; 2 Co 1:21-22).

3. Esta segurança infalível não pertence tanto à essência da fé, que um verdadeiro crente não tenha de esperar muito e lutar com muitas dificuldades antes de possuí-la (1 Jo 5:13; Is 50:10; Mc 9:24; Sl 88; Sl 77:1-12); contudo, sendo capacitado pelo Espírito a conhecer as coisas que lhe são graciosamente dadas por Deus, ele pode alcançá-la sem revelação extraordinária, no devido uso dos meios ordinários (1 Co 2:12; 1 Jo 4:13; Hb 6:11-12; Ef 3:17-19). É, portanto, dever de todos agir com toda a diligência para tornar seguras a sua vocação e eleição (2 Pe 1:10), para que assim o seu coração seja dilatado em paz e alegria no Espírito Santo, em amor e gratidão a Deus, e em firmeza e alegria nos deveres da obediência, que são os frutos apropriados desta segurança (Rm 5:1-2,5; Rm 14:17; Rm 15:13; Ef 1:3-4; Sl 4:6-7; Sl 119:32). Isso está longe de

predispor os homens à negligência (1 Jo 2:1-2; Rm 6:1-2; Tt 2:11-12,14; 2 Co 7:1; Rm 8:1,12; 1 Jo 3:2-3; Sl 130:4; 1 Jo 1:6-7).

4. Os verdadeiros crentes podem ter, por diversos modos, a segurança de sua salvação abalada, diminuída e interrompida pela negligência da preservação dela; pela queda em algum pecado específico que fira a consciência e entristeça o Espírito Santo; por alguma tentação repentina ou veemente; pela retirada de Deus da luz de seu rosto, permitindo, até mesmo aos que O temem, que andem em trevas e não tenham luz (Ct 5:2-3,6; Sl 51:8,12,14; Ef 4:30-31; Sl 77:1-10; Mt 26:69-72; Sl 31:22; Sl 88; Is 50:10); contudo, eles nunca ficam totalmente destituídos daquela semente de Deus e da vida de fé, daquele amor a Cristo e aos irmãos, daquela sinceridade de coração e consciência do dever, coisas pelas quais, pela operação do Espírito, a certeza de salvação poderá, no devido tempo, ser restaurada (1 Jo 3:9; Lc 22:32; Jó 13:15; Sl 73:15; Sl 51:8,12; Is 50:10), e por meio das quais são eles, nesse interregno, sustentados para não caírem no desespero absoluto (Mq 7:7-9; Jr 32:40; Is 54:7-10; Sl 22:1; Sl 88).

CAPÍTULO 19

DA LEI DE DEUS

1. Deus deu a Adão uma lei, na forma de um pacto de obras, pela qual Deus obrigou a ele e a toda sua posteridade a uma obediência pessoal, integral, exata e perpétua; prometeu-lhe a vida sob a condição dele cumpri-la e o ameaçou com a morte se a violasse; e dotou-o com o poder e a capacidade de cumpri-la ([Gn 1:26-27](#) com [Gn 2:17](#); [Rm 2:14-15](#); [Rm 10:5](#); [Rm 5:12,19](#); [Gl 3:10,12](#); [Ec 7:29](#); [Jó 28:28](#)).

2. Essa lei, depois da queda de Adão, continuou a ser uma regra perfeita de justiça; e, como tal, foi entregue por Deus no Monte Sinai em dez mandamentos e escrita em duas tábuas ([Tg 1:25](#); [Tg 2:8,10-12](#); [Rm 13:8-9](#); [Dt 5:32](#); [Dt 10:4](#); [Ex 34:1](#)); os primeiros quatro mandamentos contêm nossos deveres para com Deus; e os outros seis, nossos deveres para com o homem ([Mt 22:37-40](#)).

3. Além dessa lei, comumente chamada lei moral, agradou a Deus dar ao povo de Israel, como uma Igreja em menoridade, leis cerimoniais, contendo diversas ordenanças típicas. Estas leis em parte se referem ao culto, prefigurando Cristo, Suas graças, atos, sofrimentos e benefícios ([Hb 9](#); [Hb 10:1](#); [Gl 4:1-3](#); [Cl 2:17](#)); e em parte representam várias instruções de deveres morais ([1 Co 5:7](#); [2 Co 6:17](#); [Jd 23](#)). Todas estas leis cerimoniais estão abolidas sob o Novo Testamento ([Cl 2:14-17](#); [Dn 9:27](#); [Ef 2:15-16](#)).

4. A esse povo também, como um corpo político, Deus deu leis judiciais que expiraram juntamente com o Estado daquele povo, não obrigando a ninguém agora, além do que exige sua equidade geral ([Ex 21](#); [Ex 22:1-29](#); [Gn 49:10](#) com [1 Pe 2:13-14](#); [Mt 5:17](#) com [Mt 5:38-39](#); [1 Co 9:8-10](#)).

5. A lei moral obriga a todos a prestar-lhe obediência para sempre, tanto as pessoas justificadas quanto as outras ([Rm 13:8-10](#); [Ef 6:2](#); [1 Jo 2:3-4,7-8](#)), e isto não só quanto à matéria nela contida, mas também com respeito à autoridade de Deus, o Criador, que a deu ([Tg 2:10-11](#)). Tampouco Cristo, no evangelho, de modo algum anula essa obrigação, antes muito a fortalece ([Mt 5:17-19](#); [Tg 2:8](#); [Rm 3:31](#)).

6. Embora os verdadeiros crentes não estejam sob a lei como um pacto de obras, para serem por ela justificados ou condenados (Rm 6:14; Gl 2:16; Gl 3:13; Gl 4:4-5; At 13:39; Rm 8:1), contudo a lei serve de grande proveito, bem como para os outros; manifestando-lhes, como regra de vida, a vontade de Deus e os seus deveres, ela os dirige e obriga-os a andar em conformidade com ela (Rm 7:12-22,25; Sl 119:4-6; 1 Co 7:19; Gl 5:14,16,18-23); descobrindo-lhes também as pecaminosas poluições de sua natureza, de seus corações e vidas (Rm 7:7; Rm 3:20); de maneira que, examinando-se por meio dela, eles podem chegar a uma convicção mais profunda do pecado, maior humilhação por causa dele e maior ódio a ele (Tg 1:23-25; Rm 7:9,14,24); ao mesmo tempo que dá uma visão mais clara da necessidade que eles têm de Cristo e da perfeição de Sua obediência (Gl 3:24; Rm 7:24-25; Rm 8:3-4). Ela é também de utilidade aos regenerados, para restringir suas corrupções, pois proíbe o pecado (Tg 2:11; Sl 119:101,104,128); e suas ameaças servem para mostrar o que seus pecados merecem, e as aflições que, nesta vida, podem esperar por causa deles, ainda que sejam livres da maldição ameaçada na lei (Ed 9:13-14; Sl 89:30-34). Do mesmo modo, suas promessas mostram que Deus aprova sua obediência e quais bênçãos podem esperar ao obedecê-la (Lv 26:1-14 com 2 Co 6:16; Ef 6:2-3; Sl 37:11 com Mt 5:5; Sl 19:11), ainda que não lhes sejam devidas pela lei como um pacto de obras (Gl 2:16; Lc 17:10). Assim como, um homem fazer o bem e refrear-se do mal, porque a lei encoraja aquilo e proíbe isto, não é evidência de estar ele debaixo da lei, e não debaixo da graça (Rm 6:12,14; 1 Pe 3:8-12 com Sl 34:12-16; Hb 12:28-29).

7. Tampouco são os usos da lei, anteriormente citados, contrários à graça do evangelho, mas suavemente se harmonizam com ela (Gl 3:21); o Espírito de Cristo submete e capacita a vontade do homem a fazer livre e alegremente aquilo que a vontade de Deus, revelada na lei, exige que seja feito (Ez 36:27; Hb 8:10 com Jr 31:33).

CAPÍTULO 20

DA LIBERDADE CRISTÃ E DA LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

1. A liberdade que Cristo comprou para os crentes, sob o evangelho, consiste em serem eles libertos da culpa do pecado, da ira condenatória de Deus, da maldição da lei moral (Tt 2:14; 1 Ts 1:10; Gl 3:13); e em serem eles libertos deste presente mundo mau, da escravidão a Satanás e do domínio do pecado (Gl 1:4; Cl 1:13; At 26:18; Rm 6:14), do mal das aflições, do aguilhão da morte, da vitória da sepultura e da condenação eterna (Rm 8:28; Sl 119:71; 1 Co 15:54-57; Rm 8:1); bem como em terem livre acesso a Deus (Rm 5:1-2), em Lhe prestarem obediência, não movidos de um medo servil, mas de amor filial e espírito voluntário (Rm 8:14-15; 1 Jo 4:18). Tudo isso era comum também aos crentes sob a lei (Gl 3:9,14). Mas, sob o Novo Testamento, a liberdade dos Cristãos é muito mais ampla, achando-se eles livres do jugo da lei cerimonial, a que estava sujeita a Igreja judaica (Gl 4:1-3, 6-7; Gl 5:1; At 15:10-11), e tendo maior ousadia no acesso ao trono da graça (Hb 4:14,16; Hb 10:19-22) e mais plenas comunicações do Espírito de Deus do que os crentes debaixo da lei ordinariamente alcançavam (Jo 7:38-39; 2 Co 3:13,17-18).

2. Somente Deus é o Senhor da consciência (Tg 4:12; Rm 14:4), e Ele a deixou livre das doutrinas e mandamentos humanos que, em qualquer coisa, sejam contrários à Sua Palavra, ou que, em matéria de fé ou de culto (At 4:19; At 5:29; 1 Co 7:23; Mt 23:8-10; 2 Co 1:24; Mt 15:9), vão além dela. Portanto, crer nessas doutrinas ou obedecer a tais mandamentos, por motivo de consciência, é trair a verdadeira liberdade de consciência (Cl 2:20,22-23; Gl 1:10; Gl 2:4-5; Gl 5:1); e requerer para eles fé implícita e obediência cega e absoluta é destruir tanto a liberdade de consciência quanto a própria razão (Rm 10:17; Rm 14:23; Is 8:20; At 17:11; Jo 4:22; Os 5:11; Ap 13:12,16-17; Jr 8:9).

3. Aqueles que, sob o pretexto de liberdade cristã, praticam qualquer pecado ou toleram qualquer concupiscência, com isso destroem o propósito da liberdade cristã, o qual é que, sendo livres das mãos dos nossos inimigos, sem medo sirvamos ao Senhor em santidade e justiça,

diante Dele todos os dias de nossa vida (Gl 5:13; 1 Pe 2:16; 2 Pe 2:19; Jo 8:34; Lc 1:74-75).

4. Visto que os poderes que Deus ordenou, e a liberdade que Cristo comprou, não foram designados por Deus para destruir, mas para que mutuamente nos apoiemos e preservemos uns aos outros, aqueles que, sob o pretexto de liberdade cristã, se opõem a qualquer poder lícito, civil ou religioso, ou ao exercício dele, resistem à ordenança de Deus (Mt 12:25; 1 Pe 2:13-14,16; Rm 13:1-8; Hb 13:17). E se eles publicarem opiniões ou mantiverem práticas contrárias à luz da natureza ou aos reconhecidos princípios do Cristianismo, concernentes à fé, ao culto ou à conversação; ou ao poder da piedade; ou se publicarem opiniões, ou mantiverem práticas que, por sua própria natureza ou pelo modo de publicá-las e defendê-las, sejam destrutivas da paz externa da Igreja e da ordem que Cristo estabeleceu nela, eles podem legalmente ser chamados a prestar contas disso e serem processados pelas censuras da Igreja (Rm 1:32 com 1 Co 5:1,5,11,13; 2 Jo 10-11 e 2 Ts 3:14 e 1 Tm 6:3-5 e Tt 1:10-11,13 e Tt 3:10 com Mt 18:15-17; 1 Tm 1:19-20; Ap 2:2,14-15,20; Ap 3:9) e pelo poder do magistrado civil (Dt 13:6-12; Rm 13:3-4 com 2 Jo 10-11; Ed 7:23,25-28; Ap 17:12,16-17; Ne 13:15,17,21-22,25,30; 2 Rs 23:5-6,9,20,21; 2 Cr 34:33; 2 Cr 15:12-13,16; Dn 3:29; 1 Tm 2:2; Is 49:23; Zc 13:2-3).

CAPÍTULO 21

DO CULTO RELIGIOSO E DO DIA DE DESCANSO

1. A luz da natureza mostra que há um Deus que tem domínio e soberania sobre tudo; que é bom e faz o bem a todos; portanto deve ser temido, amado, louvado, invocado, crido e servido de todo o coração, de toda a alma e de toda a força ([Rm 1:20](#); [At 17:24](#); [Sl 119:68](#); [Jr 10:7](#); [Sl 31:23](#); [Sl 18:3](#); [Rm 10:12](#); [Sl 62:8](#); [Js 24:14](#); [Mc 12:33](#)). Mas o modo aceitável de adorar o Deus verdadeiro é instituído por Ele mesmo, e é tão limitado por Sua própria vontade revelada, que Ele não pode ser adorado segundo as imaginações e invenções dos homens, ou sugestões de Satanás, nem sob qualquer representação visível, ou de qualquer outro modo não prescrito na Sagrada Escritura ([Dt 12:32](#); [Mt 15:9](#); [At 17:25](#); [Mt 4:9-10](#); [Dt 4:15-20](#); [Ex 20:4-6](#); [Cl 2:23](#)).

2. O culto religioso deve ser oferecido a Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, e a Ele somente ([Mt 4:10](#) com [Jo 5:23](#) e [2 Co 13:14](#)); não aos anjos, nem aos santos, nem a qualquer outra criatura ([Cl 2:18](#); [Ap 19:10](#); [Rm 1:25](#)); e, desde a queda, não pode ser oferecido sem um Mediador, nem pode ser pela mediação de qualquer outro senão somente Cristo ([Jo 14:6](#); [1 Tm 2:5](#); [Ef 2:18](#); [Cl 3:17](#)).

3. A oração, com ação de graças, sendo uma parte especial do culto religioso ([Fp 4:6](#)), é por Deus exigida de todos os homens ([Sl 65:2](#)); e, para que seja aceita, deve ser feita no nome do Filho ([Jo 14:13-14](#); [1 Pe 2:5](#)), com o auxílio de Seu Espírito ([Rm 8:26](#)), segundo a Sua vontade ([1 Jo 5:14](#)), com entendimento, reverência, humildade, fervor, fé, amor e perseverança ([Sl 47:7](#); [Ec 5:1-2](#); [Hb 12:28](#); [Gn 18:27](#); [Tg 5:16](#); [Tg 1:6-7](#); [Mc 11:24](#); [Mt 6:12,14-15](#); [Cl 4:2](#); [Ef 6:18](#)); e se for vocal, deve ser numa língua conhecida ([1 Co 14:14](#)).

4. A oração deve ser feita por coisas lícitas ([1 Jo 5:14](#)) e para todos os tipos de homens que vivem atualmente ou que viverão no futuro ([1 Tm 2:1-2](#); [Jo 17:20](#); [2 Sm 7:29](#); [Rt 4:12](#)); mas não em favor dos mortos ([2 Sm 12:21-](#)

23 com [Lc 16:25-26](#); [Ap 14:13](#)), nem por aqueles que se saiba terem cometido o pecado para a morte ([1 Jo 5:16](#)).

5. A leitura das Escrituras, com temor piedoso ([At 15:21](#); [Ap 1:3](#)); a sã pregação da Palavra ([2 Tm 4:2](#)) e o consciencioso ouvir dela, em obediência a Deus, com entendimento, fé e reverência ([Tg 1:22](#); [At 10:33](#); [Mt 13:19](#); [Hb 4:2](#); [Is 66:2](#)); o cântico de salmos com graça no coração ([Cl 3:16](#); [Ef 5:19](#); [Tg 5:13](#)); bem como a devida administração e o digno recebimento dos sacramentos instituídos por Cristo - são todos partes do culto religioso ordinário oferecido a Deus ([Mt 28:19](#); [1 Co 11:23-29](#); [At 2:42](#)), além dos juramentos religiosos ([Dt 6:13](#) com [Ne 10:29](#)) e votos ([Is 19:21](#) com [Ec 5:4-5](#)), jejuns solenes ([Jl 2:12](#); [Et 4:16](#); [Mt 9:15](#); [1 Co 7:5](#)) e ações de graças em ocasiões especiais ([Sl 107](#); [Et 9:22](#)), que devem, em seus vários tempos e ocasiões próprias, ser usados de um modo santo e religioso ([Hb 12:28](#)).

6. Agora, sob o evangelho, nem a oração, nem qualquer outra parte do culto religioso está restrita a certo lugar, nem se torna mais aceitável por causa do lugar em que se ofereça ou para o qual se dirija ([Jo 4:21](#)); mas Deus deve ser adorado em todo lugar ([Ml 1:11](#); [1 Tm 2:8](#)), em espírito e em verdade ([Jo 4:23-24](#)); tanto em família ([Jr 10:25](#); [Dt 6:6-7](#); [Jó 1:5](#); [2 Sm 6:18,20](#); [1 Pe 3:7](#); [At 10:2](#)), diariamente ([Mt 6:11](#)), e em secreto, estando cada um sozinho ([Mt 6:6](#); [Ef 6:18](#)); como também, mais solenemente, em assembleias públicas, que não devem ser descuidadas, nem voluntariamente negligenciadas nem abandonadas, quando Deus, por Sua Palavra ou providência, proporcione ocasião ([Is 56:6-7](#); [Hb 10:25](#); [Pv 1:20-21,24](#); [Pv 8:34](#); [At 13:42](#); [Lc 4:16](#); [At 2:42](#)).

7. Como é lei da natureza que, em geral, uma devida proporção de tempo seja destinada ao culto de Deus, assim também, em Sua Palavra, por um preceito positivo, moral e perpétuo, que obriga a todos os homens, em todos os tempos, Deus designou particularmente um dia em sete para ser um Sábado (Shabat), santificado para Ele ([Ex 20:8,10-11](#); [Is 56:2,4,6-7](#)); o qual, desde o princípio do mundo até à ressurreição de Cristo, foi o último dia da semana; e, desde a ressurreição de Cristo, foi mudado para o

primeiro dia da semana ([Gn 2:2-3](#); [1 Co 16:1-2](#); [At 20:7](#)), dia que na Escritura se chama dia do Senhor ([Ap 1:10](#)), e que deverá continuar até ao fim do mundo como o Sábado Cristão ([Ex 20:8,10](#) com [Mt 5:17-18](#)).

8. Este Sábado é santificado ao Senhor quando os homens, tendo devidamente preparado seus corações, e de antemão ordenado seus afazeres comuns, não só guardam, durante todo o dia, um santo descanso de suas próprias obras, palavras e pensamentos acerca de seus empregos seculares e recreações ([Ex 20:8](#); [Ex 16:23,25-26,29-30](#); [Ex 31:15-17](#); [Is 58:13](#); [Ne 13:15-19,21-22](#)), mas também ocupam todo o tempo nos exercícios públicos e particulares de Seu culto e nos deveres de necessidade e misericórdia ([Is 58:13](#); [Mt 12:1-13](#)).

CAPÍTULO 22

DOS JURAMENTOS LEGAIS E DOS VOTOS

1. Um juramento legal é uma parte do culto religioso (Dt 10:20) pelo qual, em ocasiões necessárias, a pessoa solenemente jura, invocando a Deus como testemunha do que assevera ou promete, e para julgá-la segundo a verdade ou falsidade do que ela jura (Ex 20:7; Lv 19:12; 2 Co 1:23; 2 Cr 6:22-23).

2. O nome de Deus é o único pelo qual se deve jurar e deve ser usado com todo santo temor e reverência (Dt 6:13). Portanto, jurar falsa ou precipitadamente por este glorioso e tremendo nome, ou jurar por qualquer outra coisa, é pecaminoso e abominável (Ex 20:7; Jr 5:7; Mt 5:34,37; Tg 5:12). Contudo, em assuntos de gravidade e importância, o juramento é autorizado pela Palavra de Deus, tanto sob o Novo Testamento como sob o Velho (Hb 6:16; 2 Co 1:23; Is 65:16); portanto, o juramento legal, sendo exigido por autoridade legal, deve ser feito com referência a tais assuntos (1 Rs 8:31; Ne 13:25; Ed 10:5).

3. Todo aquele que fizer um juramento deve considerar detidamente a gravidade de um ato tão solene, e não deve afirmar nada exceto aquilo de que esteja plenamente persuadido ser a verdade (Ex 20:7; Jr 4:2). Nem deve alguém obrigar-se, por juramento, a qualquer coisa senão àquilo que é bom e justo e que ele acredita ser assim, e por aquilo que pode e está resolvido a cumprir (Gn 24:2-3,5-6,8-9). No entanto, é pecado recusar prestar juramento concernente a qualquer coisa boa e justa, que seja exigido pela autoridade legal (Nm 5:19,21; Ne 5:12; Ex 22:7-11).

4. O juramento deve ser feito conforme o sentido claro e comum das palavras, sem equívoco ou reserva mental (Jr 4:2; Sl 24:4). Não pode obrigar a pecar; mas, sendo feito com referência a qualquer coisa não pecaminosa, ele obriga ao cumprimento, mesmo com prejuízo de quem jura (1 Sm 25:22,32-34; Sl 15:4). Nem deve ser violado, ainda que feito a hereges ou infiéis (Ez 17:16,18-19; Js 9:18-19 com 2 Sm 21:1).

5. O voto é da mesma natureza que o juramento promissório, e deve ser feito com o mesmo cuidado religioso, e cumprido com a mesma fidelidade (Is 19:21; Ec 5:4-6; Sl 61:8; Sl 66:13-14).

6. O voto não deve ser feito a criatura alguma, mas somente a Deus (Sl 76:11; Jr 44:25-26); e para que seja aceitável, deve ser feito voluntariamente, com fé e consciência de dever, por gratidão pela misericórdia recebida ou para obtenção do que desejamos. Pelo voto nos obrigamos mais estritamente aos deveres necessários ou a outras coisas, até onde e quando elas conduzirem apropriadamente a esses deveres (Dt 23:21-23; Sl 50:14; Gn 28:20-22; 1 Sm 1:11; Sl 66:13-14; Sl 132:2-5).

7. Ninguém pode prometer fazer alguma coisa que seja proibida pela Palavra de Deus, ou que impeça o cumprimento de qualquer dever nela ordenado, nem aquilo que não está em seu próprio poder cumprir, e para cuja execução não tenha promessa e nem capacidade de Deus (At 23:12,14; Mc 6:26; Nm 30:5,8,12-13). Por isso, os votos monásticos, que os papistas fazem, de celibato perpétuo, pobreza voluntária e obediência regular, em vez de serem graus de perfeição superior, não passam de laços supersticiosos e pecaminosos, nos quais nenhum Cristão deve enredar-se (Mt 19:11-12; 1 Co 7:2,9; Ef 4:28; 1 Pe 4:2; 1 Co 7:23).

CAPÍTULO 23

DO MAGISTRADO CIVIL

1. Deus, o supremo Senhor e Rei de todo o mundo, para Sua própria glória e para o bem público, ordenou os magistrados civis para estarem sujeitos a Ele e sobre o povo; e para esse fim os armou com o poder da espada, para a defesa e encorajamento daqueles que são bons e para o castigo dos malfeitores ([Rm 13:1-4](#); [1 Pe 2:13-14](#)).

2. É lícito aos Cristãos aceitar e exercer o ofício de magistrado, quando para ele são chamados ([Pv 8:15-16](#); [Rm 13:1-2,4](#)); e na sua administração, como devem especialmente manter a piedade, a justiça e a paz, segundo as leis justas de cada nação ([Sl 2:10-12](#); [1 Tm 2:2](#); [Sl 82:3-4](#); [2 Sm 23:3](#); [1 Pe 2:13](#)), eles, sob a dispensação do Novo Testamento, e para esse fim, podem lícitamente fazer guerra, havendo ocasiões justas e necessárias ([Lc 3:14](#); [Rm 13:4](#); [Mt 8:9-10](#); [At 10:1-2](#); [Ap 17:14,16](#)).

3. O magistrado civil não pode assumir para si a administração da Palavra e dos sacramentos; nem o poder das chaves do reino do céu ([2 Cr 26:18](#) com [Mt 18:17](#) e [Mt 16:19](#); [1 Co 12:28-29](#); [Ef 4:11-12](#); [1 Co 4:1-2](#); [Rm 10:15](#); [Hb 5:4](#)); contudo, ele tem autoridade, e é seu dever, fazer com que a unidade e a paz sejam preservadas na Igreja; que a verdade de Deus seja mantida pura e completa; que todas as blasfêmias e heresias sejam suprimidas; todas as corrupções e abusos no culto e na disciplina sejam impedidos ou reformados; e todas as ordenanças de Deus sejam devidamente estabelecidas, administradas e observadas ([Is 49:23](#); [Sl 122:9](#); [Ed 7:23,25-28](#); [Lv 24:16](#); [Dt 13:5-6,12](#); [2 Rs 18:4](#); [1 Cr 13:1-9](#); [2 Rs 23:1-26](#); [2 Cr 34:33](#); [2 Cr 15:12-13](#)). Para uma melhor eficácia destas coisas, ele tem o poder para convocar sínodos, estar presentes neles, e providenciar para que o que quer que seja decidido neles esteja de acordo com a mente de Deus ([2 Cr 19:8-11](#); [2 Cr 29-30](#); [Mt 2:4-5](#)).

4. É dever do povo orar pelos magistrados ([1 Tm 2:1-2](#)), honrar suas pessoas ([1 Pe 2:17](#)), pagar-lhes tributo e outros compromissos ([Rm 13:6-](#)

7), obedecer às suas ordens legais e sujeitar-se à sua autoridade, por causa da consciência (Rm 13:5; Tt 3:1). Infidelidade ou diferença em questão de religião não anula a justa e legal autoridade dos magistrados, nem isenta o povo da obediência que lhes devem (1 Pe 2:13-14,16), obediência de que não estão isentos os eclesiásticos (Rm 13:1; 1 Rs 2:35; At 25:9-11; 2 Pe 2:1,10-11; Jd 8-11); muito menos tem o Papa qualquer poder ou jurisdição sobre eles em seus domínios, ou sobre qualquer um de seu povo; e muito menos tem o poder de privá-los de seus domínios ou vidas, por julgá-los hereges ou sob qualquer outro pretexto (2 Ts 2:4; Ap 13:15-17).

CAPÍTULO 24

DO MATRIMÔNIO E DO DIVÓRCIO

1. O matrimônio deve ser entre um homem e uma mulher; tampouco é lícito ao homem ter mais de uma esposa, nem a mulher ter mais de um esposo, ao mesmo tempo ([Gn 2:24](#); [Mt 19:5-6](#); [Pv 2:17](#)).

2. O matrimônio foi ordenado para o auxílio mútuo entre esposo e esposa ([Gn 2:18](#)); para o aumento da raça humana por uma sucessão legítima, e da Igreja por uma semente santa ([Mt 2:15](#)); e para prevenção contra a impureza ([1 Cor 7:2,9](#)).

3. O matrimônio é lícito a todos os que são capazes de dar seu consentimento com juízo ([Hb 13:4](#); [1 Tm 4:3](#); [1 Co 7:36-38](#); [Gn 24:57-58](#)). Contudo, é dever dos Cristãos contrair matrimônio somente no Senhor ([1 Co 7:39](#)); portanto, os que professam a verdadeira religião reformada não devem contrair matrimônio com infiéis, papistas ou outros idólatras; nem devem os piedosos prenderem-se a um jugo desigual, contraindo matrimônio com os que são notoriamente ímpios em suas vidas, ou com aqueles que mantêm condenáveis heresias ([Gn 34:14](#); [Ex 34:16](#); [Dt 7:3-4](#); [1 Rs 11:4](#); [Ne 13:25-27](#); [Mt 2:11-12](#); [2 Co 6:14](#)).

4. O matrimônio não deve ser dentro dos graus de consanguinidade ou afinidade proibidos na Palavra ([Lv 18](#); [1 Co 5:1](#); [Am 2:7](#)); nem podem tais matrimônios incestuosos jamais tornar-se lícitos por qualquer lei humana ou consentimento das partes, de modo que estas pessoas possam viver juntas como esposo e esposa ([Mc 6:18](#); [Lv 18:24-28](#)). O homem não pode contrair matrimônio com alguma parenta consanguineamente mais próxima de sua esposa do que ele poderia com a sua própria parenta, nem a mulher com algum parente consanguineamente mais próximo do seu esposo do que ela poderia com o seu próprio parente ([Lv 20:19-21](#)).

5. O adultério ou fornicação, cometido após um contrato, sendo descoberto antes do matrimônio, dá à parte inocente justo motivo para dissolver o contrato ([Mt 1:18-20](#)). No caso de adultério após o matrimônio, é lícito à parte inocente propor divórcio ([Mt 5:31-32](#)), e,

depois de obter o divórcio, contrair matrimônio com outrem, como se a parte infiel estivesse morta ([Mt 19:9](#); [Rm 7:2-3](#)).

6. Embora a corrupção do homem seja tal que o incline a procurar argumentos para indevidamente separar aqueles a quem Deus uniu em matrimônio, ainda assim, nada além de adultério, ou deserção tão obstinada que não possa ser remediada nem pela Igreja nem pelo magistrado civil, é causa suficiente para dissolver o vínculo matrimonial ([Mt 19:8-9](#); [1 Co 7:15](#); [Mt 19:6](#)); sendo necessário haver, para a dissolução, um processo público e regular, não deixando ao arbítrio e critério das partes decidir seu próprio caso ([Dt 24:1-4](#)).

CAPÍTULO 25

DA IGREJA

1. A Igreja católica ou universal, que é invisível, consiste no número total dos eleitos que foram, são ou serão reunidos num só corpo, sob Cristo, sua Cabeça; e ela é a esposa, o corpo, a plenitude daquele que enche tudo em tudo ([Ef 1:10,22-23](#); [Ef 5:23,27,32](#); [Cl 1:18](#)).

2. A Igreja visível, que também é católica ou universal sob o evangelho (não confinada a uma nação como antes, sob a lei), consiste de todos aqueles que, em todo o mundo, professam a verdadeira religião ([1 Co 1:2](#); [1 Co 12:12-13](#); [Sl 2:8](#); [Ap 7:9](#); [Rm 15:9-12](#)), juntamente com seus filhos ([1 Co 7:14](#); [At 2:39](#); [Ez 16:20-21](#); [Rm 11:16](#); [Gn 3:15](#); [Gn 17:7](#)); e é o reino do Senhor Jesus Cristo ([Mt 13:47](#); [Is 9:7](#)), a casa e família de Deus ([Ef 2:19](#); [Ef 3:15](#)), fora da qual não há possibilidade ordinária de salvação ([At 2:47](#)).

3. A esta Igreja católica visível Cristo deu o ministério, os oráculos e as ordenanças de Deus, para a reunião e o aperfeiçoamento dos santos nesta vida, até ao fim do mundo; e por Sua própria presença e a do Espírito, segundo Sua promessa, torna-os eficazes para este fim ([1 Co 12:28](#); [Ef 4:11-13](#); [Mt 28:19-20](#); [Is 59:21](#)).

4. Esta Igreja católica tem sido às vezes mais, às vezes menos visível ([Rm 11:3-4](#); [Ap 12:6,14](#)). E as Igrejas particulares, que são membros dela, são mais ou menos puras, conforme a doutrina do evangelho por elas ensinada e abraçada, as ordenanças administradas e o culto público realizado nelas mais ou menos puramente ([Ap 2-3](#); [1 Co 5:6-7](#)).

5. As Igrejas mais puras debaixo do céu estão sujeitas a mistura e a erro ([1 Co 13:12](#); [Ap 2-3](#); [Mt 13:24-30,47](#)); e algumas se têm degenerado tanto que deixam de ser Igrejas de Cristo e tornam-se sinagogas de Satanás ([Ap 18:2](#); [Rm 11:18-22](#)). No entanto, haverá sempre uma Igreja na terra para adorar a Deus de acordo com Sua vontade ([Mt 16:18](#); [Sl 72:17](#); [Sl 102:28](#); [Mt 28:19-20](#)).

6. Não há outra cabeça da Igreja senão o Senhor Jesus Cristo (Cl 1:18; Ef 1:22); nem pode o Papa de Roma, em nenhum sentido, ser a cabeça dela, mas ele é aquele Anticristo, aquele homem do pecado e filho da perdição que se exalta na Igreja contra Cristo e tudo o que se chama Deus (Mt 23:8-10; 2 Ts 2:3-4,8-9; Ap 13:6).

CAPÍTULO 26

DA COMUNHÃO DOS SANTOS

1. Todos os santos que estão unidos a Jesus Cristo, sua Cabeça, por Seu Espírito e pela fé, têm comunhão com Ele em Suas graças, sofrimentos, morte, ressurreição e glória (1 Jo 1:3; Ef 3:16-19; Jo 1:16; Ef 2:5-6; Fp 3:10; Rm 6:5-6; 2 Tm 2:12); e, estando unidos uns aos outros em amor, participam da comunhão dos mesmos dons e graças (Ef 4:15-16; 1 Co 12:7; 1 Co 3:21-23; Cl 2:19), e estão obrigados ao cumprimento de deveres públicos e privados, que contribuem para seu mútuo bem, tanto no homem interior como no exterior (1 Ts 5:11,14; Rm 1:11-12,14; 1 Jo 3:16-18; Gl 6:10).

2. Os santos, pela profissão de fé, são obrigados a manter uma santa sociedade e comunhão no culto a Deus e na realização de outros serviços espirituais para sua mútua edificação (Hb 10:24-25; At 2:42,46; Is 2:3; 1 Co 11:20); como também aliviar uns aos outros nas coisas materiais, de acordo com suas diversas habilidades e necessidades. Esta comunhão, conforme a oportunidade que Deus oferecer, deve ser estendida a todos aqueles que, em todo lugar, invocam o nome do Senhor Jesus (At 2:44-45; 1 Jo 3:17; 2 Co 8-9; At 11:29-30).

3. Esta comunhão que os santos têm com Cristo não os torna, de modo algum, participantes da substância de Sua Divindade, nem iguais a Cristo em qualquer aspecto; afirmar tanto uma coisa quanto a outra é ímpio e blasfemo (Cl 1:18-19; 1 Co 8:6; Is 42:8; 1 Tm 6:15-16; Sl 45:7 com Hb 1:8-9). A comunhão dos santos entre si não destrói nem viola o título ou domínio que cada homem tem sobre seus bens e possessões (Ex 20:15; Ef 4:28; At 5:4).

CAPÍTULO 27

DOS SACRAMENTOS

1. Os sacramentos são santos sinais e selos do pacto da graça (Rm 4:11; Gn 17:7,10), diretamente instituídos por Deus (Mt 28:19; 1 Co 11:23) para representar a Cristo e a Seus benefícios, e para confirmar nosso interesse nEle (1 Co 10:16; 1 Co 11:25-26; Gl 3:17), bem como para estabelecer uma diferença visível entre aqueles que pertencem à Igreja e o restante do mundo (Rm 15:8; Ex 12:48; Gn 34:14), e solenemente comprometê-los com o serviço de Deus em Cristo, de acordo com Sua Palavra (Rm 6:3-4; 1 Co 10:16, 21).
2. Em cada sacramento há uma relação espiritual, ou união sacramental, entre o sinal e a coisa significada; por isso os nomes e efeitos de um são atribuídos ao outro (Gn 17:10; Mt 26:27-28; Tt 3:5).
3. A graça que é comunicada nos sacramentos, ou por meio deles, devidamente usados, não é conferida por qualquer poder inerente a eles; nem a eficácia de um sacramento depende da piedade ou intenção daquele que o administra (Rm 2:28-29; 1Pe 3:21), mas da operação do Espírito (Mt 3:11; 1 Co 12:13) e da palavra da instituição, a qual contém, juntamente com o preceito que autoriza seu uso, uma promessa de benefício àqueles que dignamente o recebem (Mt 26:27-28; Mt 28:19-20).
4. Há só dois sacramentos ordenados por Cristo, nosso Senhor, no evangelho, isto é: o Batismo e a Ceia do Senhor; nenhum dos quais pode ser ministrado por qualquer pessoa, senão por um ministro da Palavra, legalmente ordenado (Mt 28:19; 1 Co 11:20,23; 1 Co 4:1; Hb 5:4).
5. Os sacramentos do Velho Testamento, quanto às coisas espirituais por eles significadas e representadas, eram, em substância, os mesmos do Novo Testamento (1 Co 10:1-4).

CAPÍTULO 28

DO BATISMO

1. O batismo é um sacramento do Novo Testamento, ordenado por Jesus Cristo ([Mt 28:19](#)), não só para a solene admissão da pessoa batizada à Igreja visível ([1 Co 12:13](#)), mas também para servir-lhe de sinal e selo do pacto da graça ([Rm 4:11](#) com [Cl 2:11-12](#)), de seu enxerto em Cristo ([Gl 3:27](#); [Rm 6:5](#)), da regeneração ([Tt 3:5](#)), da remissão dos pecados ([Mc 1:4](#)) e de sua entrega a Deus através de Jesus Cristo, para andar em novidade de vida ([Rm 6:3-4](#)). Este sacramento, por designação do próprio Cristo, há de continuar em Sua Igreja até ao fim do mundo ([Mt 28:19-20](#)).
2. O elemento exterior, usado neste sacramento, é água, com a qual a pessoa deve ser batizada em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, por um ministro do evangelho, legalmente chamado para isto ([Mt 3:11](#); [Jo 1:33](#); [Mt 28:19-20](#)).
3. Não é necessário imergir a pessoa na água, mas o batismo é corretamente administrado quando a água é derramada ou aspergida sobre a pessoa ([Hb 9:10,19-22](#); [At 2:41](#); [At 16:33](#); [Mc 7:4](#)).
4. Não só aqueles que verdadeiramente professam fé em Cristo e obediência a Ele ([Mc 16:15-16](#); [At 8:37-38](#)), mas também as crianças, filhas de um ou de ambos os pais crentes, devem ser batizadas ([Gn 17:7,9-10](#) com [Gl 3:9,14](#) e [Cl 2:11-12](#) e [At 2:38-39](#) e [Rm 4:11-12](#); [1 Co 7:14](#); [Mt 28:19](#); [Mc 10:13-16](#); [Lc 18:15](#)).
5. Embora seja um grande pecado desprezar ou negligenciar esta ordenança ([Lc 7:30](#) com [Ex 4:24-26](#)), contudo a graça e a salvação não estão tão inseparavelmente anexadas à ela, que ninguém possa ser regenerado ou salvo sem ela ([Rm 4:11](#); [At 10:2,4,22,31,45,47](#)), ou que todos os que são batizados sejam indubitavelmente regenerados ([At 8:13,23](#)).
6. A eficácia do batismo não se limita ao momento em que ele é administrado ([Jo 3:5,8](#)); todavia, pelo uso correto desta ordenança, a

graça prometida não é apenas oferecida, mas realmente manifestada e conferida pelo Espírito Santo àqueles (sejam adultos ou crianças) a quem ela pertence, de acordo com o conselho da própria vontade de Deus, em Seu tempo determinado (Gl 3:27; Tt 3:5; Ef 5:25-26; At 2:38,41).

7. O sacramento do batismo deve ser administrado apenas uma vez a qualquer pessoa (Tt 3:5).

CAPÍTULO 29

DA CEIA DO SENHOR

1. Nosso Senhor Jesus, na noite em que foi traído, instituiu o sacramento do Seu corpo e sangue, chamado Ceia do Senhor, para ser observado em Sua Igreja até ao fim do mundo, para a perpétua lembrança do sacrifício de Si mesmo em Sua morte; para selar, aos verdadeiros crentes, todos os benefícios provenientes deste sacrifício, para sua nutrição espiritual e crescimento nEle e para maior comprometimento com todos os deveres que a Ele são devidos; e para ser um vínculo e penhor de sua comunhão com Ele e de uns com os outros, como membros do Seu corpo místico (1 Co 11:23-26; 1 Co 10:16-17,21; 1 Co 12:13).

2. Neste sacramento, Cristo não é oferecido a Seu Pai, nem qualquer sacrifício real é feito para remissão de pecados dos vivos ou dos mortos (Hb 9:22,25-26,28); mas apenas uma comemoração daquela única oferta que Ele fez de Si mesmo na cruz, de uma vez por todas, e por meio dela uma oblação espiritual de todo louvor possível a Deus (1 Co 11:24-26; Mt 26:26-27); deste modo, o assim chamado sacrifício papista da missa, é a mais abominável injúria ao único sacrifício de Cristo, a única propiciação por todos os pecados de Seus eleitos (Hb 7:23-24,27; Hb 10:11-12,14,18).

3. O Senhor Jesus, nesta ordenança, constituiu Seus ministros para declarar ao povo Sua palavra de instituição, para orar e abençoar os elementos, pão e vinho, e deste modo separá-los do uso comum para um uso santo; e para tomar e partilhar o pão, tomar o cálice e (participando também eles) dar ambos os elementos aos comungantes (Mt 26:26-28 e Mc 14:22-24 e Lc 22:19-20 com 1 Co 11:23-26); mas a ninguém que não esteja presente na congregação (At 20:7; 1 Co 11:20).

4. Missas privativas, ou a recepção deste sacramento só pelo sacerdote ou por qualquer outra pessoa sozinha (1 Co 10:16), como também a recusa do cálice ao povo (Mc 14:23; 1 Co 11:25-29), a adoração dos elementos, elevá-los ou carregá-los em procissão para serem adorados,

e a conservação deles para qualquer pretensão religiosa, são todos contrários à natureza deste sacramento e à instituição de Cristo ([Mt 15:9](#)).

5. Os elementos exteriores deste sacramento, devidamente separados para os usos ordenados por Cristo, têm tal relação com Ele crucificado que, verdadeiramente, mas apenas sacramentalmente, às vezes são chamados pelos nomes das coisas que representam, a saber, o corpo e o sangue de Cristo ([Mt 26:26-28](#)); embora, em substância e natureza, ainda permaneçam sendo verdadeiramente apenas pão e vinho, como eram antes ([1 Co 11:26-28](#); [Mt 26:29](#)).

6. Aquela doutrina que sustenta a mudança da substância do pão e do vinho para a substância do corpo e do sangue de Cristo (comumente chamada transubstanciação), mediante a consagração de um sacerdote, ou por qualquer outro meio, é repugnante não só à vista da Escritura, mas até mesmo ao senso comum e à razão; destrói a natureza do sacramento, e tem sido a causa de múltiplas superstições, sim, de grosseiras idolatrias ([At 3:21](#) com [1 Co 11:24-26](#); [Lc 24:6,39](#)).

7. Os que comungam dignamente, participando externamente dos elementos visíveis deste sacramento ([1 Co 11:28](#)), também, interiormente, pela fé, real e verdadeiramente, não carnal e corporalmente, mas espiritualmente, recebem e se alimentam de Cristo crucificado e de todos os benefícios de Sua morte; não estando o corpo e o sangue de Cristo, corporal ou carnalmente nos elementos, pão e vinho, nem com eles ou sob eles, mas estando, real e espiritualmente, presentes à fé dos crentes nessa ordenança, como estão os próprios elementos em relação aos seus sentidos externos ([1 Co 10:16](#)).

8. Embora homens ignorantes e perversos recebam os elementos exteriores deste sacramento, ainda assim não recebem a coisa por ele significada; mas, pela sua indigna participação, tornam-se réus do corpo e do sangue do Senhor, para sua própria condenação. Portanto, todas as pessoas ignorantes e ímpias, como são incapazes de desfrutar de comunhão com Ele, são também indignas da mesa do Senhor, e não podem, sem grande pecado contra Cristo, enquanto eles permanecerem

assim, participar desses santos mistérios (1 Co 11:27-29; 2 Co 6:14-16) ou a eles ser admitidas (1 Co 5:6-7,13; 2 Ts 3:6,14-15; Mt 7:6).

CAPÍTULO 30

DAS CENSURAS ECLESIAÍSTICAS

1. O Senhor Jesus, como Rei e Cabeça de Sua Igreja, instituiu um governo nas mãos de oficiais da Igreja, que é distinto do magistrado civil ([Is 9:6-7](#); [1 Tm 5:17](#); [1 Ts 5:12](#); [At 20:17,28](#); [Hb 13:7, 17,24](#); [1 Co 12:28](#); [Mt 28:18-20](#)).

2. A esses oficiais são confiadas as chaves do reino do céu. Em virtude disso eles têm, respectivamente, poder de reter e perdoar pecados; de fechar este reino aos impenitentes, tanto pela Palavra quanto pelas censuras; de abri-lo aos pecadores penitentes, pelo ministério do evangelho e pela absolvição das censuras, conforme as circunstâncias o exigirem ([Mt 16:19](#); [Mt 18:17-18](#); [Jo 20:21-23](#); [2 Co 2:6-8](#)).

3. As censuras eclesiásticas são necessárias para recuperar e reconquistar aos irmãos ofensores; para dissuadir outros de praticarem ofensas semelhantes; para limpar daquele fermento que poderia contaminar toda a massa; para vindicar a honra de Cristo e a santa profissão do evangelho; e para evitar a ira de Deus, que poderia com justiça cair sobre a Igreja, se ela permitisse que Seu pacto e Seus selos fossem profanados por notórios e obstinados transgressores ([1 Co 5](#); [1 Tm 5:20](#); [Mt 7:6](#); [1 Tm 1:20](#); [1 Co 11:27-34](#) com [Jd 23](#)).

4. Para a melhor consecução destes fins, os oficiais da Igreja devem proceder com admoestação, suspensão temporária do sacramento da Ceia do Senhor e excomunhão da Igreja, de acordo com a natureza do delito e do demérito da pessoa ([1 Ts 5:12](#); [2 Ts 3:6,14-15](#); [1 Co 5:4-5,13](#); [Mt 18:17](#); [Tt 3:10](#)).

CAPÍTULO 31

DOS SÍNODOS E CONCÍLIOS

1. Para melhor governo e maior edificação da Igreja, deverá haver assembleias comumente chamadas de sínodos ou concílios (At 15:2,4,6).
2. Assim como os magistrados podem, legalmente, convocar um sínodo de ministros e outras pessoas competentes para consultarem e se aconselharem acerca de questões religiosas (Is 49:23; 1 Tm 2:1-2; 2 Cr 19:8-11; 2 Cr 29-30; Mt 2:4-5; Pv 11:14), do mesmo modo, se os magistrados forem inimigos declarados da Igreja, os ministros de Cristo podem, por si mesmos, em virtude de seu ofício, em conjunto com outras pessoas competentes enviadas por suas Igrejas, se reunir em assembleias (At 15:2,4,22-23,25).
3. Compete aos sínodos e concílios decidir, ministerialmente, as controvérsias da fé e dos casos de consciência; estabelecer regras e instruções para melhor ordenar o culto público de Deus e o governo de Sua Igreja; receber queixas em casos de má administração e decidi-las com autoridade. Os seus decretos e decisões, sendo consoantes com a Palavra de Deus, devem ser recebidos com reverência e submissão, não somente por sua concordância com a Palavra, mas igualmente pela autoridade pela qual são feitos, visto que essa autoridade é uma ordenação de Deus, designada para isso em Sua Palavra (At 15:15,19,24,27-31; At 16:4; Mt 18:17-20).
4. Todos os sínodos ou concílios, desde o tempo dos apóstolos, quer gerais quer particulares, podem errar, e muitos têm errado. Portanto, eles não devem constituir regra de fé ou prática, mas podem ser usados como auxílio para ambas estas coisas (Ef 2:20; At 17:11; 1 Co 2:5; 2 Co 1:24).
5. Sínodos e concílios não devem discutir nem determinar aquilo que não seja eclesiástico; e não devem envolver-se em assuntos civis concernentes à nação, exceto por humilde petição em casos extraordinários, ou por meio de conselhos, para a satisfação de

consciência, se assim for requerido pelo magistrado civil ([Lc 12:13-14](#); [Jo 18:36](#)).

CAPÍTULO 32

DO ESTADO DOS HOMENS APÓS A MORTE

E DA RESSURREIÇÃO DOS MORTOS

1. Os corpos dos homens, após a morte, retornam ao pó e veem corrupção (Gn 3:19; At 13:36); mas suas almas (que nem morrem nem dormem), tendo existência imortal, imediatamente retornam para Deus que as deu (Lc 23:43; Ec 12:7). As almas dos justos, sendo então aperfeiçoadas em santidade, são recebidas no mais alto dos céus, onde contemplam a face de Deus, em luz e glória, aguardando a plena redenção de seus corpos (Hb 12:23; 2 Co 5:1,6,8; Fp 1:23 com At 3:21 e Ef 4:10). E as almas dos ímpios são lançadas no inferno, onde permanecem em tormentos e em densas trevas, reservadas para o julgamento do grande dia (Lc 16:23-24; At 1:25; Jd 6-7; 1 Pe 3:19). Além destes dois lugares, destinados às almas separadas de seus corpos, a Escritura não reconhece nenhum outro.

2. No último dia, os que estiverem vivos não morrerão, mas serão transformados (1 Ts 4:17; 1 Co 15:51-52); e todos os mortos ressuscitarão com seus próprios corpos e não com outros, embora com diferentes qualidades, os quais se unirão novamente às suas almas, para sempre (Jó 19:26-27; 1 Co 15:42-44).

3. Os corpos dos injustos, pelo poder de Cristo, ressuscitarão para a desonra; os corpos dos justos, pelo Seu Espírito, para a honra, e serão semelhantes ao próprio corpo glorioso dEle. (At 24:15; Jo 5:28-29; 1 Co 15:43; Fp 3:21).

CAPÍTULO 33

DO JULGAMENTO FINAL

1. Deus determinou um dia em que julgará o mundo com justiça, por meio de Jesus Cristo ([At 17:31](#)), a quem o Pai deu todo poder e juízo ([Jo 5:22,27](#)). Naquele dia, não somente os anjos apóstatas serão julgados ([1 Co 6:3](#); [Jd 6](#); [2 Pe 2:4](#)), mas também todas as pessoas que viveram sobre a terra comparecerão ante o tribunal de Cristo, para prestarem contas de seus pensamentos, palavras e ações, e para receberem o galardão de acordo com o que fizeram enquanto estavam no corpo, seja o bem, seja o mal ([2 Co 5:10](#); [Ec 12:14](#); [Rm 2:16](#); [Rm 14:10, 12](#); [Mt 12:36-37](#)).

2. A finalidade de Deus, ao determinar este dia, é a manifestação da glória de Sua misericórdia na salvação eterna dos eleitos, e de Sua justiça na condenação dos réprobos, que são perversos e desobedientes. Então, os justos irão para a vida eterna, e receberão aquela plenitude de alegria e refrigério que vem da presença do Senhor; mas os ímpios, que não conhecem a Deus e não obedecem ao evangelho de Jesus Cristo, serão lançados em eternos tormentos e serão punidos com eterna destruição procedente da presença do Senhor e da glória de Seu poder ([Mt 25:31-46](#); [Rm 2:5-6](#); [Rm 9:22-23](#); [Mt 25:21](#); [At 3:19](#); [2 Ts 1:7-10](#)).

3. Assim como Cristo quer que estejamos certamente persuadidos de que haverá um dia de julgamento, tanto para afastar todos os homens do pecado, quanto para maior consolação dos piedosos em suas adversidades ([2 Pe 3:11,14](#); [2 Co 5:10-11](#); [2 Ts 1:5-7](#); [Lc 21:27-28](#); [Rm 8:23-25](#)), assim também Ele quer que a data desse dia seja desconhecida aos homens, a fim de tirar-lhes toda a segurança carnal e que sejam sempre vigilantes, não sabendo a que hora virá o Senhor, e para que estejam sempre preparados a dizer: “Vem, Senhor Jesus, vem depressa. Amém” ([Mt 24:36,42-44](#); [Mc 13:35-37](#); [Lc 12:35-36](#); [Ap 22:20](#)).



A Segunda Reforma na Escócia foi um período de reforma e redescoberta da verdade bíblica na Igreja da Escócia. Também foi o período de maior avivamento em toda a nação que a Escócia jamais experimentou. A nação entrou num pacto (aliança) com Deus de uma maneira única. Nosso objetivo é promover o conhecimento bíblico obtido naquele tempo. As realizações daquele período foram a uniformidade pactual em doutrina, adoração e governo de igreja. Isto inclui os padrões bíblicos para a fé e adoração estabelecidos pela Assembleia de Westminster.

As verdades bíblicas recuperadas na Segunda Reforma são um fundamento seguro para o futuro da igreja.

